



**TÂNIA ALEXANDRA
PIRES ROCHA**

**IMPACTOS DA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO N.º
1606/2002, DO PARLAMENTO EUROPEU E DO
CONSELHO
AS POTENCIAIS IMPLICAÇÕES EM MATÉRIA DE
TRIBUTAÇÃO DIRECTA: O CASO DA REPÚBLICA
DA IRLANDA**



**TÂNIA ALEXANDRA
PIRES ROCHA**

**IMPACTOS DA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO N.º
1606/2002, DO PARLAMENTO EUROPEU E DO
CONSELHO
AS POTENCIAIS IMPLICAÇÕES EM MATÉRIA DE
TRIBUTAÇÃO DIRECTA: O CASO DA REPÚBLICA
DA IRLANDA**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Fiscalidade, realizada sob a orientação científica do Dr. Avelino Azevedo Antão, Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, e co-orientação do Dr. Carlos Alberto Valente dos Anjos, Equiparado a Assistente 2º Triénio do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

aos meus pais

o júri

presidente

Dra. Graça Maria do Carmo Azevedo

equiparada a professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Dr. Avelino Azevedo Antão

professor adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Dr. Carlos Alberto Valente dos Anjos

equiparado a assistente 2º triénio do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Dr. Paulo Alexandre Pimenta Alves

professor auxiliar da Universidade Católica Portuguesa

agradecimentos

Antes de todos os outros, um especial e profundo agradecimento à minha mãe por todos os sacrifícios que fez para conseguir que eu fosse estudar para Aveiro. Quero também agradecer ao Rui, por, nas horas em que me apeteceu desistir, me ter incentivado a continuar. Depois, um agradecimento à minha irmã Tatiana, que teve o difícil trabalho de aturar aquando do Projecto de Simulação Empresarial.

Quero também agradecer a todos os amigos que fiz em Aveiro, pela camaradagem, amizade e apoio nas alturas em que senti saudades de casa.

Um agradecimento especial aos Professores Avelino Antão e Carlos Anjos pelo apoio dado, não esquecendo a professora Carla Carvalho e o professor Paulo Naia, pelo apoio inicial, e ao professor Jorge Martins pela partilha de informação.

Para concluir, resta-me agradecer ao Dr. Marco Rendeiro pela compreensão e apoio nos momentos de desmotivação, em que pensei que nunca mais acabaria a dissertação.

palavras-chave

Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, Imposto sobre as Sociedades, Harmonização Fiscal, Harmonização Contabilística, IAS/IFRS, Irish GAAP

resumo

Este estudo incide, essencialmente, sobre as implicações que o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho teve, ao nível da tributação directa, na República da Irlanda.

O Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho surgiu da necessidade que se vinha a sentir derivada da internacionalização cada vez mais crescente das empresas. Este, veio obrigar a que as empresas-mãe, que tenham os seus títulos cotados num mercado regulamentado, elaborem as suas contas consolidadas de acordo com as IFRS, deixando em aberto a possibilidade de os Estados Membro permitirem, proibirem ou obrigarem a sua aplicação nas outras contas.

Neste estudo também abordamos a harmonização fiscal, no que respeita à tributação directa, no seio da União Europeia.

keywords

Regulation n°. 1606/2002 of the European Parliament and of the Council, Corporation Tax, Tax Harmonization, Accounting Harmonization, IFRS, Irish GAAP

abstract

This study is essentially about the implications of the Regulation n°. 1606/2002 of the European Parliament and of the Council, in terms of direct taxation, in Republic of Ireland.

Regulation n°. 1606/2002 of the European Parliament and of the Council, came from the necessity that was being felt, caused by increase of the internationalisation of companies. This Regulation states that for each financial year starting on or after 1 January 2005, companies governed by the law of a Member State shall prepare their consolidated accounts in conformity with the international accounting standards if, at their balance sheet date, their securities are admitted to trading on a regulated market of any Member State, leaving the option to the Member States of allowing, prohibit or impose their use in the other accounts. In this study, we also focus the tax harmonization, in terms of direct taxation, inside the European Union.

LISTA DE TABELAS & FIGURAS

Tabela 1 – Resumo da Legislação Comercial aplicável às empresas

Tabela 2 – Evolução da taxa padrão de tributação entre 1999 e 2003

Tabela 3 – Opções disponíveis para as empresas-mãe (quando obrigadas a preparar contas consolidadas)

Tabela 4 – Mensuração dos activos financeiros

Tabela 5 – Imposto a pagar e activos por impostos diferidos relativos ao reconhecimento de proveitos

Tabela 6 – Tributação das provisões para investimentos financeiros

Figura 1 – Diferentes taxas de tributação existentes na República da Irlanda

ABREVIATURAS

ASB- UNITED KINGDOM ACCOUNTING STANDARDS BOARD

CCCTB – COMMON CONSOLIDATED CORPORATE TAX BASE

CEE – COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA

EM – ESTADO (s) MEMBRO (s)

DWT – DIVIDEND WITHHOLDING TAX

GAAP – GENERAL ACCEPTED ACCOUNTING PRINCIPLES

IAS – INTERNACIONAL ACCOUNTING STANDARDS

IASC – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD COMMITTEE

IFRIC – INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATION
COMMITTEE

IFRS – INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS

IFSC – INTERNATIONAL FINANCIAL SERVICE CENTER

NIC – NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

NIRF – NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

S.I. – STATUTORY INSTRUMENT

SIC – STANDING INTERPRETATION COMMITTEE

TCA – TAXES CONSOLIDATION ACT

UE – UNIÃO EUROPEIA

Índice

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE TABELAS E FIGURAS.....	vii
ABREVIATURAS.....	viii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA.....	3
2.1. <i>Harmonização Fiscal Comunitária (tributação directa).....</i>	<i>3</i>
2.2. <i>Harmonização contabilística e o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.....</i>	<i>6</i>
3. A REPÚBLICA DA IRLANDA.....	8
3.1. <i>O sistema contabilístico.....</i>	<i>8</i>
3.2. <i>O sistema fiscal e o Imposto sobre o Rendimento das Sociedades – “Corporation Tax”.....</i>	<i>12</i>
4. O REGULAMENTO N.º 1606/2002 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO E AS SUAS IMPLICAÇÕES.....	18
4.1. <i>As opções tomadas pela República da Irlanda.....</i>	<i>18</i>
4.2. <i>Impacto a nível contabilístico.....</i>	<i>20</i>
4.3. <i>Impactos em termos da tributação directa – Finance Act 2005.....</i>	<i>22</i>
4.3.1. <i>Adopção pela primeira vez das IAS/IFRS – IFRS 1.....</i>	<i>26</i>
4.3.2. <i>Instrumentos Financeiros derivados e de cobertura – IAS 39.....</i>	<i>27</i>
4.3.3. <i>Reconhecimento de receitas e despesas.....</i>	<i>30</i>
4.3.4. <i>Provisões relacionadas com investimentos financeiros – IAS 39.....</i>	<i>32</i>
4.3.5. <i>Encargos com pensões.....</i>	<i>34</i>
4.3.6. <i>Pagamentos com base em acções.....</i>	<i>35</i>
4.3.7. <i>Goodwill (Combinações Empresas).....</i>	<i>37</i>
4.3.8. <i>Leasing.....</i>	<i>37</i>
4.3.9. <i>Activos Intangíveis – Software e Custos com a Internet capitalizados.....</i>	<i>38</i>
4.3.10. <i>Activos Fixos.....</i>	<i>38</i>
4.3.11. <i>Despesas de investigação e desenvolvimento.....</i>	<i>39</i>
4.3.12. <i>Dividendos – Acontecimentos após a data do Balanço.....</i>	<i>39</i>
4.3.13. <i>Transacções em moeda estrangeira.....</i>	<i>40</i>
4.3.14. <i>Atenuação da Dupla Tributação.....</i>	<i>40</i>
4.3.15. <i>Royalties.....</i>	<i>41</i>
4.3.16. <i>Empréstimos preferenciais ou sem juros.....</i>	<i>42</i>
5. CONCLUSÃO.....	43
BIBLIOGRAFIA.....	45
APÊNDICES.....	48
<i>Form CT1.....</i>	<i>49</i>
<i>Form CT1 Supplement.....</i>	<i>68</i>
<i>Annual Return Form.....</i>	<i>69</i>

1. INTRODUÇÃO

Desde muito cedo se fala em harmonização fiscal no seio da União Europeia (UE) (anteriormente designada de Comunidade Económica Europeia – CEE), quer seja ao nível da tributação directa que seja da tributação indirecta, sendo que neste trabalho será dada ênfase à tributação directa.

Ao nível da harmonização da tributação indirecta, muitos foram os objectivos desenvolvidos e alcançados, dos quais é exemplo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). A tributação indirecta está expressamente prevista no artigo 93º do Tratado da Comunidade Europeia, uma vez que é condição necessária para a prossecução dos objectivos da livre circulação de mercadorias e prestação de serviços, tal como é referido por Rocha (2006).

No caso da tributação directa, o Tratado da Comunidade Europeia não contempla explicitamente quaisquer regras. No entanto, desde muito cedo se percebeu que seria necessário precaver as situações em que as disposições da fiscalidade directa comprometessem o exercício das quatro liberdades enunciadas no referido Tratado: livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais; ou do direito do estabelecimento de pessoas e empresas. Muitos foram os trabalhos publicados nesta matéria, mas, na realidade, pouco ou nada se avançou, pois a sua eventual harmonização implicará muitas alterações na esfera de cada Estado Membro (EM), quer seja ao nível das legislações inerentes à tributação directa, quer seja ao nível dos próprios sistemas fiscais, ou até mesmo dos sistemas contabilísticos, uma vez que na maioria dos países o resultado contabilístico serve de ponto de partida para o apuramento do imposto sobre os rendimentos das sociedades (imposto sobre as sociedades) a pagar.

Assim, poder-se-á colocar a seguinte questão: “para existir harmonização fiscal é necessário que os princípios e práticas contabilísticos também estejam harmonizados ou vice-versa?”.

O Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho surgiu como consequência da necessidade de harmonização contabilística, e veio obrigar a que todas as empresas, que tenham títulos cotados num mercado regulamentado, apliquem na elaboração das suas contas consolidadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) (*International Accounting Standards / International Financial Reporting Standards – IAS/IFRS*), a partir de 1 de Janeiro de 2005, deixando em aberto a possibilidade de os

EM obrigarem, proibirem ou permitirem a aplicação das referidas normas na elaboração das outras contas. A 3 de Novembro de 2008 é publicado o Regulamento n.º 1126/2008/CE, que adopta determinadas NIC no âmbito do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

O presente trabalho debruça-se sobre as implicações que decorreram da adopção do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho na República da Irlanda, quer as que decorram da obrigatoriedade da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade quer as da aproximação dos *General Accepted Accounting Principles* da República da Irlanda (*Irish GAAP*) às normas internacionais, no que concerne à tributação directa das sociedades.

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: no capítulo 2 contextualiza-se a temática abordando-se a harmonização fiscal comunitária e a harmonização contabilística e o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho; o capítulo 3 descreve de forma sucinta tanto o sistema contabilístico como o sistema fiscal e o imposto sobre os rendimentos das sociedades na República da Irlanda; no capítulo 4 abordam-se as implicações a nível contabilístico e fiscal que decorreram da aplicação do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, quer as que decorreram directamente quer as que advieram das opções tomadas; por fim, no capítulo 5 conclui-se.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

2.1. Harmonização Fiscal Comunitária (tributação directa)

Desde a década de sessenta que a UE tem vindo a desenvolver esforços no que respeita à harmonização da tributação directa, se é que no início se pode falar em harmonização, centrando-se mais concretamente no imposto sobre as sociedades.

Os primeiros passos dados pela Comissão Europeia, tinham em vista o fortalecimento do processo de integração económica. Neste âmbito, surge em 1962 o Relatório *Neumark*, que, tal como foi referido por Ferreira (2002), lançou as grandes bases daquilo que pode ser considerado como a tentativa de definição de uma política fiscal comunitária. Este documento recomenda que sejam adoptadas disposições, de uma forma faseada, que possibilitem a harmonização do imposto respeitante às retenções na fonte sobre dividendos e juros e do imposto sobre os rendimentos das sociedades, e permitam a criação de um sistema comum de informação e um tribunal especial para a resolução de conflitos de natureza fiscal.

Durante os quarenta anos seguintes foram elaborados vários relatórios, programas, propostas e resoluções sobre as matérias relacionadas com a tributação directa. Pode-se dizer que estas iniciativas estão divididas em duas fases – uma até 1990 em que a Comissão Europeia tem como objectivo estratégico a harmonização das bases tributáveis e das taxas, e outra a partir de 1990 em que se tenta eliminar, no que respeita ao imposto sobre o rendimento das sociedades, os obstáculos inerentes ao correcto funcionamento do mercado interno, tendo em conta o princípio da subsidiariedade.

Apesar de terem sido elaborados muitos estudos e terem sido apresentadas várias propostas, a verdade é que até ao final da década de 80, na prática, nada tinha sido feito, apesar de terem sido publicadas dois diplomas comunitários: a Directiva do Conselho n.º 77/799/CEE (primeira Directiva a ser efectivamente aprovada no respeitante à tributação directa), e que tinha como objectivo o combate à evasão e fraude fiscais a nível internacional; e o Regulamento n.º 2137/85/CEE, de 25 de Julho, que no seu artigo 40º determina um regime de transparência fiscal para os Agrupamentos Europeus de Interesse Económico.

Assim, em 1990 é publicada a Directiva do Conselho n.º 90/434/CEE, de 23 de Julho de 1990, relativa ao regime fiscal comum aplicável às fusões, cisões, entradas de

activos e permutas de acções entre sociedades de EM diferentes. Esta directiva tem como objectivo eliminar os obstáculos que as legislações dos diferentes EM impunham à livre realização das operações anteriormente referidas. Esta directiva foi alterada pela Directiva n.º 2001/65/CE (permissão do justo valor), Directiva n.º 2005/19/CE (melhoramento do regime fiscal aplicável às fusões, cisões, entradas de activos e permutas de acções entre sociedades de Estados-Membros diferentes), e Directiva n.º 2006/98/CE (adesão da Bulgária e da Roménia).

Ainda no ano de 1990 é publicada a Directiva do Conselho n.º 90/435/CEE, de 23 de Julho de 1990 (também designada de Directiva Mães e Filhas), relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mãe e sociedades afiliadas de EM diferentes. Através desta directiva elimina-se a dupla tributação económica e internacional, na distribuição de lucros de sociedades “filhas” a sociedades “mãe”, com sede noutro EM, cuja participação directa no capital seja igual ou superior a 25%, sendo deixada à consideração dos EM a possibilidade de apenas permitirem a aplicação deste regime no caso de a participação ser detida por um período mínimo de dois anos. Esta directiva foi posteriormente alterada pela Directiva n.º 2003/51/CEE (eliminação de incoerências existentes entre as directivas e as NIC), pela Directiva n.º 2003/123/CE e pela Directiva 2006/98/CE (adesão da Bulgária e da Roménia).

No direito português, a Directiva 90/435/CEE encontra-se reflectida no artigo 46º e 89º do Código do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas (CIRC).

Já no ano de 2003 são publicadas duas novas directivas: a Directiva do Conselho n.º 2003/48/CE, de 3 de Junho de 2008, referente à tributação dos rendimentos de poupança sob a forma de juros e a Directiva do Conselho n.º 2003/49/CE, de 3 de Junho de 2003, relativa a um regime fiscal comum aplicável ao pagamento de juros e *royalties* efectuados entre sociedades associadas de EM diferentes.

O Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia tem desempenhado igualmente um papel determinante na harmonização do imposto sobre as sociedades, e de acordo com Rocha (2006,p.8), tal deve-se “como consequência dos poucos avanços que têm resultado da (falta de) articulação entre a Comissão e o Conselho”.

Citando novamente Rocha (2006), os objectivos da EU em termos de harmonização fiscal do imposto das sociedades passam por dois caminhos: resolução de questões específicas (*targeted solutions*) e medidas fiscais estratégicas (*comprehensive approaches*).

No âmbito do primeiro caminho, já foram atingidos alguns resultados, nomeadamente através da publicação das directivas anteriormente mencionadas. Não obstante, espera-se que venha a ser celebrada uma eventual convenção multilateral entre todos os EM e seja definido um regime que possibilite a compensação transfronteiriça de prejuízos. Ao nível dos preços de transferência foi publicado pela Comissão Europeia o Código de Conduta para a efectiva aplicação da Convenção relativa à eliminação da dupla tributação em caso de correcção de lucros entre empresas associadas. Em Portugal, os preços de transferência encontram-se regulados no artigo 58º do CIRC e na Portaria n.º 184/2002, de 4 de Março. Na República da Irlanda, não foi aplicado qualquer regime ou legislação relacionada com os preços de transferência.

No que respeita ao segundo caminho, a Comissão Europeia tem em curso dois projectos: o projecto-piloto *Home State Taxation (HST) for Small and Medium Sized Enterprises*, que consiste na implementação de um regime de tributação segundo o estado de origem; e o grupo de trabalho sobre a criação de uma matéria colectável consolidada comum (*CCCTB WG – Common Consolidated Corporate Tax Base Working Group*), em sede de tributação dos grupos de sociedades.

Em Outubro de 2005, foi estabelecida uma ligação entre a Estratégia de Lisboa e o trabalho do *CCCTB WG*, por parte da Comissão Europeia, que se comprometeu com o objectivo de apresentar uma proposta legislativa sobre o imposto das sociedades em 2008. Contudo, a 31 de Agosto de 2008, na sessão inaugural do *International Fiscal Association Congress*, em Bruxelas, o comissário Laszlo Kovacs anunciou que a apresentação do projecto da *CCCTB* estava adiada, pois ele prefere apresentar um “*perfectly elaborated and well justified product at the appropriate time than present an incomplete one just to meet an artificial deadline*”. Poder-se-á dizer que parece que o “não” da Irlanda no referendo de 12 Junho de 2008 ao Tratado de Lisboa, em conjunto com a reeleição da Comissão no próximo ano, causaram um atraso no projecto, que é altamente controverso em alguns EM. (*International Tax Review*, 2008).

2.2. Harmonização contabilística e o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho

A harmonização das normas contabilísticas e critérios de relato financeiro pelos quais são elaboradas as demonstrações financeiras está intimamente relacionada com a necessidade que é cada vez mais sentida de se conseguir responder ao actual mercado global de capitais, tal como é mencionado por Andersen *et al.* (2001).

Tal como é descrito por Freire (200?), factores como a introdução do euro na Europa, intensificação de necessidades de comparabilidade da informação financeira (uma vez que as decisões de investimento passaram a ser feitas em função do sector de actividade e não do país) e o desenvolvimento de novas formas de aceleração de difusão de informação, contribuíram para a aceleração da necessidade de proceder à harmonização das normas subjacentes ao relato financeiro.

Em 1995, a Comissão Europeia publicou um documento intitulado “ Harmonização Contabilística – uma nova estratégia relativamente à harmonização contabilística”. No seguimento deste documento, a Comissão Europeia definiu, em 13 de Junho de 2000, “Uma estratégia da EU para o futuro em matéria de relato financeiro para as empresas”, ao eleger as normas do *International Accounting Standards Committee (IASC)* como a base de referência para a tão desejada harmonização contabilística no espaço europeu. Foi também proposta uma estrutura de endosso de normas aplicáveis directamente às entidades com valores mobiliários admitidos em mercados regulamentares, elegendo-se o ano de 2005 como meta para a obtenção da necessária harmonização. Neste seguimento, surgiu o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

De acordo com o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, os EM da EU deverão adoptar, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as NIC e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), bem como as respectivas Interpretações (Standing Interpretation Committee / International Financial Reporting Interpretation Committee - SIC/IFRIC), relativamente às sociedades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer EM, no que respeita às contas consolidadas. No que respeita às contas individuais de empresas cotadas e contas consolidadas e/ou individuais de empresas não cotadas, o referido regulamento dá a possibilidade de os EM exigirem, proibirem ou permitirem a aplicação das normas internacionais já mencionadas.

Deste modo, a Europa passou a ser a primeira região no mundo a adoptar as IAS/IFRS directamente e sem quaisquer alterações ou adaptações.

Após o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, já foi publicado o Regulamento n.º 1126/ 2008 da Comissão, que adopta determinadas NIC nos termos do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. Este regulamento tem vindo a ser alvo de constantes alterações, nomeadamente através dos seguintes regulamentos:

- Regulamento n.º 1260/2008 da Comissão: substituição da *IAS 23* e emenda das *IAS 1, 7, 11, 16, 38, IFRS 1* e *IFRIC 1*;
- Regulamento n.º 1261/2008 da Comissão: alteração da *IFRS 2*;
- Regulamento n.º 1262/2008 da Comissão: publicação da *IFRIC 13*;
- Regulamento n.º 1263/2008 da Comissão: publicação da *IFRIC 14*;
- Regulamento n.º 1274/2008 da Comissão: substituição da *IAS 1* e emenda das *IAS 7,8,10,11,12,16,19,20,21,24,27,28,29,32,33,34,36,37,38,39,40* e *41*, das *IFRS 1, 4,5,7* e *8*, das *SIC 7,10,13,15,25,29* e *32* e das *IFRIC 1,7,10* e *14*;
- Regulamento n.º 53/2009, da Comissão: alteração das *IAS 1,32,39, IFRS 7* e *IFRIC 2*;
- Regulamento n.º 69/2009, da Comissão: alteração da *IAS 27* e *IFRS 1*, e emenda da *IAS 18, 21* e *36*; e
- Regulamento n.º 70/2009 da Comissão: alteração das *IAS 1,8,10,16,19,20,23,27,28,29,31,34,36,38,39,40,41* e da *IFRS 5*, e emenda das *IAS 2,7,16,32,36,41* e *IFRS 1,5* e *7*.

3. A REPÚBLICA DA IRLANDA

3.1. O sistema contabilístico

As exigências/regras contabilísticas a que as empresas estão sujeitas na República da Irlanda, são baseadas nos *Companies Act* de 1963, e respectivas alterações, e nos Regulamentos Comunitários de 1992 (Contabilidade dos Grupos de Empresas), que reflectem as Directivas Europeias. Os princípios contabilísticos geralmente aceites na Irlanda (*Irish GAAP*) são os que são emitidos pelo *United Kingdom Accounting Standards Board (ASB)* conjuntamente com os *Urgent Issues Task Force* que são promulgados na Irlanda pelo *Institute of Chartered Accountants in Ireland (ICAI)*.

As várias alterações a que foi sujeito o *Companies Act* de 1963, são (European Accounting Guide, 2001, p.877):

Act	Assunto tratado
<i>Companies Act 1963</i>	<i>Act principal</i>
<i>Companies (Amendment Act) Act 1977</i>	Facilitar as transacções nos procedimentos de transacções de acções
<i>Companies (Amendment Act) Act 1982</i>	Várias alterações ao <i>Act principal</i>
<i>Companies (Amendment Act) Act 1983</i>	Implementação da II Directiva do Conselho Europeu relativa à manutenção do capital e €provisão de certos direitos dos accionistas
<i>Companies (Amendment Act) Act 1986</i>	Implementação da IV Directiva do Conselho Europeu, harmonizando o relato financeiro nos EM
<i>Companies (Amendment Act) Act 1990</i>	Trata das marcações e poderes dos examinadores das empresas que se encontrem com problemas financeiros
<i>Companies Act 1990</i>	Introdução de novas medidas para melhorar a gestão e direcção das empresas, implementando a VIII Directiva do Conselho Europeu respeitante ao reconhecimento mútuo e transacções internas
<i>Investment Limited Partnerships Act 1994</i>	Estipula regras do Banco Central e permite mais de 20 sócios
<i>Companies (Amendment) (No 2) Act 1999</i>	Alterações às regras das “examinerships”, exemplificação das exigências da auditoria para as empresas privadas pequenas, aumento das disposições regulativas da governação por parte dos directores.

Tabela 1: Resumo da Legislação Comercial aplicável às empresas (tradução nossa)

Os *Companies Acts* de 1963-2006 requer que todos os Conselhos de Administração ou Gerências das empresas apresentem os seguintes documentos aos restantes accionistas/sócios na assembleia-geral anual, e os submetam conjuntamente com o *Annual Return* (Form B1) (Anexo 1) ao *Companies Registration Office*:

- A Demonstração de Resultados (*Profit and Loss Account* ou *Income Statement*) (no caso de se tratarem de empresas sem fins lucrativos o documento a apresentar designa-se de *Income and Expenditure Account*);
- O Balanço (*Balance Sheet*);
- O Relatório de Gestão (*Directors Report*);
- Relatório do Auditor (*Auditors Report*) – quando aplicável.

Atendendo à legislação irlandesa, os requisitos contabilísticos que têm de ser seguidos, aquando da prestação de contas, variam consoante o tamanho e tipo de empresa. Assim, e atendendo ao *Companies Registration Office* e ao *Companies Bill*, as formalidades a serem seguidas são as seguintes:

- Empresas de responsabilidade limitada: as empresas privadas e públicas de responsabilidade limitada estão sujeitas à preparação e envio das contas anuais de acordo com o *Companies (Amendment) Act 1986*, pelo que têm de submeter em conjunto com o “*Annual Return*” os documentos atrás referidos;
- Empresas de responsabilidade limitada sem fins lucrativos: as empresas públicas de responsabilidade limitada estão obrigadas a preparar e enviar as suas contas anuais de acordo com o *Companies Act 1963*, mas não estão obrigadas a submeter o *Annual Return*;
- Contas Consolidadas: os Regulamentos da Comunidade Europeia de 1992 (*Statutory Instrument – S.I.*, 201 de 1992) introduziram na legislação da República da Irlanda a VII Directiva relativa às contas consolidadas dos grupos. Os referidos regulamentos têm efeito para os anos financeiros que se iniciem a/ou após 1 de Setembro de 1992;
- Bancos e Instituições Financeiras: as suas contas individuais e consolidadas têm de ser preparadas de acordo com os Regulamentos da Comunidade Europeia de 1992 (*S.I.*, 294 de 1992), que aplicam-se aos anos financeiros que se iniciem a/ou após 1 de Janeiro de 1993;
- Empresas Seguradoras: as suas contas individuais e consolidadas deverão ser preparadas de acordo com os Regulamentos da Comunidade Europeia de 1996 (*S.I.* 23 de 1996). Estas regras aplicam-se às contas de anos financeiros que tenham início a/ou após 1 de Janeiro de 1996;
- Empresas de responsabilidade ilimitada e parcerias: as suas contas são preparadas de acordo com os Regulamentos da Comunidade Europeia de 1993 (*S.I.* de 1993), com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1994, e são anexadas ao *Annual Return*. Caso se tratem de empresas privadas apenas terá de ser anexado ao *Annual Return* o Relatório do Auditor.
- Pequenas empresas: se no ano anterior e no da prestação de contas as empresas satisfizerem duas das três condições: valor total do balanço não

excede os 2.500,00 de euros; valor do volume de negócios não excede os 5.000.000,00 e o número de empregados não ultrapassa os 250, as empresas qualificam-se como pequenas empresas. Assim, estas estão dispensadas de prestar informação referente aos instrumentos financeiros, apresentar rácios operacionais, e apenas terão que apresentar o modelo reduzido das Demonstrações Financeiras, bem como apenas uma parte específica do relatório de gestão. O relatório do auditor está sujeito a características específicas.

- Médias empresas: se no ano anterior ao da prestação de contas as empresas satisfizerem duas das três condições: valor total do balanço não excede os 10.000.000,00 euros; valor do volume de negócios não excede 20.000.000,00 euros e o número de empregados não ultrapassa os 250, então qualificam-se como médias empresas. Tal como as pequenas empresas, estas estão dispensadas de apresentar os documentos já referidos, excepto no que diz respeito ao relatório de gestão, que terá de ser anexado ao *Annual Return*.

As empresas, além de estarem obrigadas a submeter o *Annual Return*, estão também obrigadas a submeter o *CT1 Form* (equivalente à Modelo 22) ao *Revenue Office*.

3.2. O sistema fiscal e o Imposto sobre o Rendimento das Sociedades – “Corporation Tax”

O sistema legal da República da Irlanda foi desenvolvido com base no do Reino Unido, e designa-se de sistema legal comum, ou seja, que é desenvolvido por meio de decisões dos tribunais e não por actos legislativos. Contudo, a República da Irlanda difere do Reino Unido pelo facto de possuir uma constituição, enquanto que o Reino Unido não.

Tal como é referido pela COM (2003) 810, os sistemas de tributação dos rendimentos das sociedades são geralmente construídos à volta de dois modelos distintos: o sistema clássico e o sistema de imputação. A grande diferença entre estes dois modelos reside no facto de que no sistema clássico, a sociedade é uma entidade completamente distinta dos seus accionistas, própria, pelo que os lucros são sujeitos ao imposto sobre as sociedades ao nível da empresa, e os lucros distribuídos, ou seja, os dividendos, são tributados ao nível do accionista, no âmbito do seu rendimento global à taxa marginal em vigor. Assim, enquanto no sistema clássico existe uma dupla tributação económica total, no sistema de imputação a sociedade é considerada como um «*conduit*» e o imposto sobre as sociedades aplicável ao lucro corresponde a um pagamento por conta do imposto sobre o rendimento relativamente aos dividendos dos accionistas.

No sistema clássico, a sociedade e o accionista são tributados separadamente mas, a nível do accionista, os dividendos são, em primeiro lugar, incluídos no imposto sobre as sociedades pago pela sociedade sobre o referido rendimento e, posteriormente, é concedido um crédito sobre uma parte ou a totalidade desse montante que é imputado ao imposto sobre o rendimento que incide sobre os dividendos. Por conseguinte, a imputação pode ser inferior ou igual a 100%. Se o crédito corresponder ao montante do imposto sobre as sociedades pago pela sociedade sobre os dividendos, este sistema permite eliminar a dupla tributação económica para os accionistas, independentemente do nível de rendimento. (COM 810 de 2003).

O sistema de tributação, inerente ao imposto sobre os rendimentos das sociedades, que inicialmente vigorou na República da Irlanda foi o sistema de imputação. Contudo, em Abril de 1999 este modelo foi substituído pelo modelo clássico, introduzindo-se a retenção na fonte sobre os dividendos – *dividend withholding tax (DWT)*. Este imposto surgiu para se imputar aos accionistas qualquer pagamento de imposto, mas só se aplica aos dividendos depois que o proveito pelo qual o dividendo é pago tenha sido totalmente sujeito a imposto sobre o rendimento das sociedades, e seja análogo a um pagamento

adiantado de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (*income tax*) em oposição a um pagamento adiantado de imposto sobre o rendimento das sociedades.

O sistema fiscal da Irlanda inerente ao *corporation tax*, é regulado de quatro formas distintas: Legislação, Jurisprudência (*Case Law*), Instruções Fiscais (*Revenue Practice*) e Políticas Contabilísticas.

O imposto sobre os rendimentos das sociedades – *corporation tax*, na República da Irlanda, foi introduzido em 1976, através do *Corporation Tax Act 1976*. Actualmente, a legislação subjacente ao regime de tributação das sociedades na República da Irlanda está contida no *Taxes Consolidated Act 1997 (TCA 97)*, e baseia-se no documento original: *Corporation Tax Act* de 1976. Contudo, antes da introdução deste imposto, as empresas estavam sujeitas ao imposto sobre o rendimento, imposto sobre os lucros empresariais e imposto sobre os ganhos de capitais.

Uma empresa residente na República da Irlanda está sujeita a imposto sobre o rendimento das sociedades, no que respeita a todos os seus lucros (quer estes sejam obtidos em território nacional ou fora deste), sendo que os lucros incluem os proveitos e os ganhos tributáveis. Além deste imposto, as sociedades estão também sujeitas a retenção na fonte sobre os dividendos, cuja taxa é de actualmente 20%. No entanto, se quem recebe os dividendos for outra empresa residente na República da Irlanda ou uma empresa ou indivíduo residente noutro EM ou com o qual existe um tratado de tributação, não existe retenção na fonte. Quando se trata de um indivíduo residente na República da Irlanda, ele estará sujeito a imposto sobre o rendimento sobre os dividendos brutos recebidos, sendo-lhe concedido um crédito de imposto que pode ir até ao valor da retenção na fonte já efectuada.

As empresas não residentes, que operem na Irlanda através de uma sucursal, filial ou agência, ficam sujeitas a pagar imposto sobre o rendimento das sociedades no respeitante aos proveitos e quaisquer ganhos lá obtidos.

O imposto sobre o rendimento das sociedades é calculado com base nas contas individuais de uma empresa, e nunca nas contas consolidadas, pelo que qualquer alteração que permita que estas sejam preparadas de acordo com as IAS/IFRS terá implicações fiscais.

Actualmente, a taxa de imposto sobre os rendimentos das sociedades situa-se em 12,5%. Esta taxa resulta de uma transição suave que foi levada a cabo desde 1999, que

consistiu em cortes de 4,00% ao ano. A evolução das taxas pode ser observada no quadro seguinte (Brennan *et al.* 2008, p. 19):

Período Contabilístico	Taxa Padrão
1/4/1991 – 31/3/1995	40%
1/4/1995 – 31/3/1997	38%
1/4/1997 – 31/12/1997	36%
1/1/1998 – 31/12/1998	32%
1/1/1999 – 31/12/1999	28%
1/1/2000 – 31/12/2000	24%
1/1/2001 – 31/12/2001	20%
1/1/2002 – 31/12/2002	16%
1/1/2003 – Até ao presente	12,5%

Tabela 2: Evolução da taxa padrão de tributação entre 1991 e 2003

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2001, os rendimentos de uma empresa poderão estar sujeitos a quatro taxas distintas: 10%, 12,5%, 20% e 25%.

A taxa de 10% aplicava-se às empresas de confecção, às empresas que estivessem localizadas na área do “*International Financial Service Center*” (IFSC) de Dublin e às empresas localizadas no “*Shannon Free Airport*”. Esta taxa encontra-se em fase de extinção, mas será permitida a sua aplicação para as empresas que se tenham estabelecido antes de 31 de Julho de 2008 ou actividades que tenham obtido aprovação para “*grant assistance*” antes de 31 de Julho de 1998, até 31 de Dezembro de 2010. Para as empresas que se venham a estabelecer a/ou após 31 de Dezembro de 2008, será aplicada a taxa padrão de 12,5%.

Ao rendimento denominado de “*trading income*”, será aplicada a taxa padrão de 12,5%. Esta taxa também será aplicada aos rendimentos que sejam tributados de acordo com a *Shedule D Case I e II*, às operações realizadas na zona demarcada do IFSC e às empresas que estejam localizadas na zona demarcada do *Shannon Airport Zone*, e que

não estejam abrangidas pela taxa de 10%. No respeitante às mais-valias, estas serão tributadas à taxa de 20%.

De acordo com o n.º 52 do *Income Tax Act* de 1967, estão sujeitos a tributação de acordo com a *Schedule D* todos os ganhos e lucros anuais, relativos a residentes e a cidadãos, que embora não sejam considerados como residentes em território nacional, que advenham de qualquer tipo de propriedade, transacção, profissão ou emprego, quer estas sejam localizadas ou efectuadas fora ou dentro do território nacional. No respeitante aos não residentes, estes serão ainda tributados de acordo com a *Schedule D* pelas vendas de quaisquer bens ou mercadorias, que sejam produzidos ou parcialmente produzidos por estes em território nacional. Serão ainda tributados todos os juros relativos a dinheiro, anuidades e outros proveitos e ganhos anuais que não sejam tributados de acordo com a *Schedule A*, *Schedule B*, *Schedule C* ou *Schedule E*, e que não estejam isentos de tributação.

A *Schedule D* está dividida em quatro *Cases*. O *Case I* abrange qualquer transacção que não esteja contida noutra *Schedule*, e as propriedades de terras, imóveis e heranças que estejam relacionados com a exploração de minas e pedreiras. Por sua vez, são tributados de acordo com o *Case II* todos os proveitos relacionados com o exercício de qualquer profissão que não esteja contida noutras *Schedules*.

Por último, a taxa de 25% é aplicável aos rendimentos designados de “*non-trading income*”, que são tributados de acordo com a *Schedule D Case III* (juros, dividendos, descontos, rendimentos estrangeiros), *Case IV* (royalties e outros rendimentos), *Case V* (rendimentos relativos a rendas), rendimento activo ligado a actividades de exploração mineira e petrolífera.

Além destas taxas, poderá ainda ser aplicável a taxa de 23% no que respeita aos produtos de investimento em *offshores*.

Para se poder determinar qual a taxa de imposto a aplicar, uma vez que no momento existem quatro taxas distintas que podem ser aplicadas aos lucros das empresas, é necessário que primeiro se estabeleça se estamos perante proveitos (*income*) ou ganhos de capitais (*capital*) (Brennan *et al.* 2008).

Os tribunais têm consistentemente defendido que um aumento nos capitais não é um proveito. Tal como foi referido por Brennan *et al.* (2008), Lord Trayner no caso da *Califórnia Copper Syndicate v Harris STC 159* defendeu que: “*In the case of trades, etc. an ‘accretion of capital’ can only be included in the computation of profits if what is done is*

not merely a realisation or change of investment but an act done in what is truly the carrying on, or carrying out, of a business". Assim, o ponto principal em determinarmos se uma receita se classifica como proveito ou ganho de capitais é olharmos para a natureza desta.

Uma vez que se tenha determinado se estamos perante uma fonte de rendimentos ou uma fonte de proveitos de capitais, teremos de distinguir se estamos perante proveitos de investimento ou proveitos operacionais, visto que os proveitos de investimento são tributados à taxa de 25%, enquanto que os operacionais são tributados à taxa de 12,5%.

A este respeito, o *Revenue* publicou, a 19 de Maio de 2003, uma *Information Notice* intitulada "*Deposit Interest - Whether a Trading Receipt*" que contém regras a serem aplicadas a partir de 1 de Janeiro de 2001. As regras e esclarecimentos emanados por este documento estão relacionados com o tratamento de certas fontes de proveitos relacionadas com a extinção do regime do *IFSC*.

No que diz respeito aos juros, a conclusão que se pode retirar da jurisprudência, é que estes apenas serão considerados como operacionais quando estiverem relacionados com a actividade da empresa, como é o caso dos bancos.

Resumidamente, as taxas de tributação a que uma empresa poderá estar sujeita são (Brennan et al. 2008, p.59):

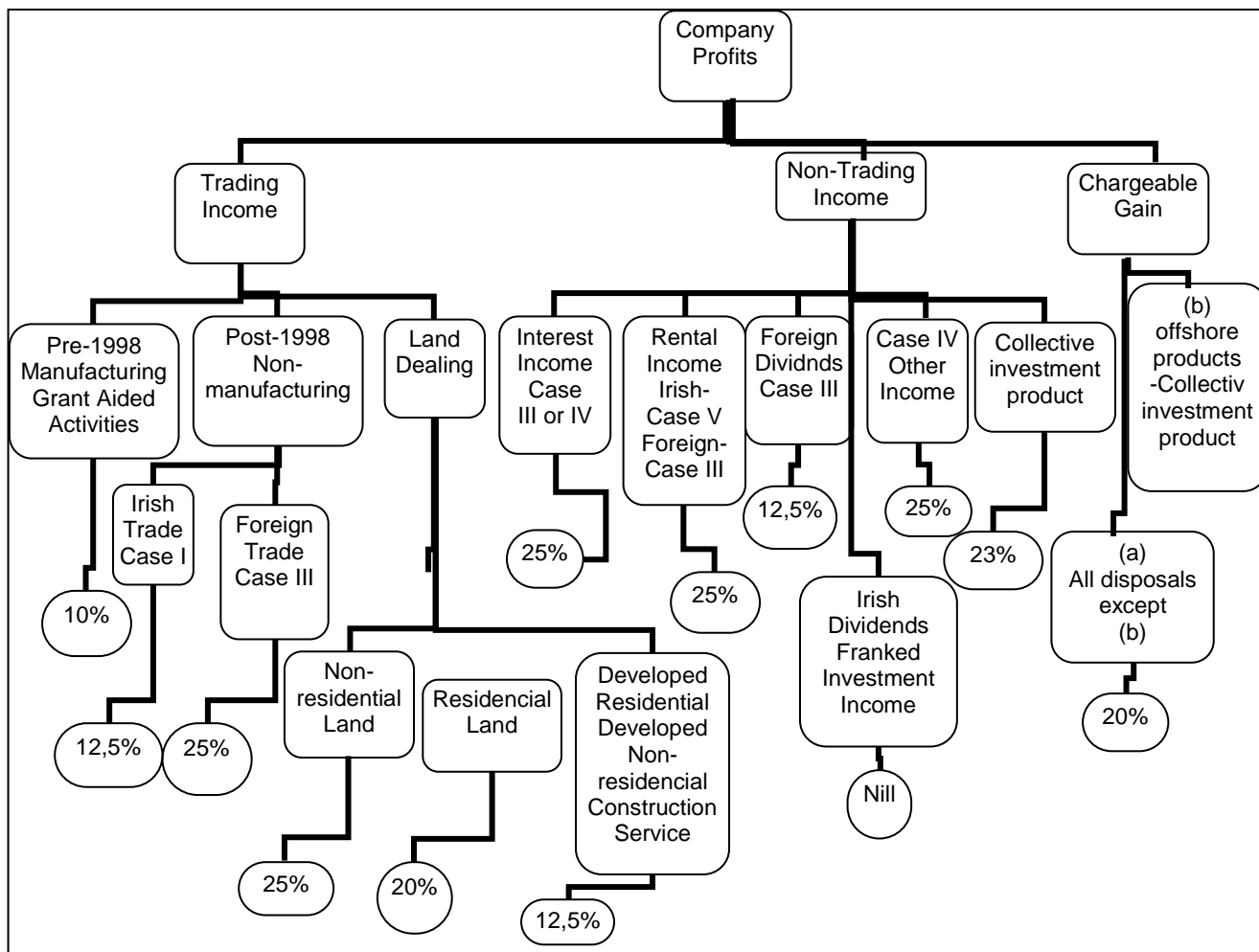


Figura 1: Diferentes taxas de tributação existentes na República da Irlanda

4. O REGULAMENTO N.º 1606/2002 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO E AS SUAS IMPLICAÇÕES

4.1. As opções tomadas pela República da Irlanda

Em Março de 2005, o *Department of Enterprise, Trade and Employment*, publica o *Statutory Instrument no. 116* de 2005, que vem dizer que as empresas têm a opção de preparar as suas contas individuais de acordo com as IAS/IFRS ou com as *Irish GAAP*, pelo que o “Grupo” tem a possibilidade de elaborar as suas contas individuais utilizando as *Irish GAAP* e as contas consolidadas pelas IAS/IFRS. Não obstante, é exigido que seja mantida consistência, pelo que as empresas dentro do mesmo grupo estão obrigadas a preparar as suas contas individuais na mesma base, a não ser que haja uma “boa razão” para uma das subsidiárias não o fazer.

Este documento define que a utilização das IAS/IFRS, para as empresas cotadas em bolsa, nas suas contas individuais, é obrigatória para os períodos contabilísticos que se iniciem a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Assim, para os períodos contabilísticos que se iniciem a/ou após 1 de Janeiro de 2005, existem duas “estruturas” contabilísticas: contas elaboradas pelo *Companies Act* e contas elaboradas pelas IAS/IFRS.

No que respeita às empresas-mãe, e no que respeita à legislação das sociedades (que é equivalente ao Código Comercial e Código das Sociedades Comerciais), as opções são estas (Curtis, 2005):

	1	2	3	4	5
Contas Consolidadas da empresa-mãe	IAS/IFRS	IAS/IFRS	IAS/IFRS	Irish GAAP	Irish GAAP
Contas individuais da empresa-mãe	IAS/IFRS	IAS/IFRS	Irish GAAP	Irish GAAP	IAS/IFRS
Contas individuais das empresas subsidiárias	IAS/IFRS	Irish GAAP	Irish GAAP	Irish GAAP	IAS/IFRS
Obrigatório para a empresa-mãe	✓	✓	✓	X	X
Opcional para a empresa-mãe	✓	✓	✓	✓	✓

Tabela 3: Opções disponíveis para as empresas-mãe (quando obrigadas a preparar contas consolidadas) (tradução nossa)

4.2. Impacto a nível contabilístico

De acordo com Fennell (2005), as *IAS/IFRS* são semelhantes às regras contabilísticas que já existiam anteriormente na República da Irlanda. Contudo, existem algumas diferenças fundamentais, que requereram por parte do *Revenue Commissioners* consideração sobre como deveriam ser tratadas para efeitos fiscais.

As principais diferenças contabilísticas incluem: maior mensuração pelo justo valor e custo amortizado (em vez de custo), particularmente no sector financeiro e instrumentos financeiros; maior uso das técnicas de desconto; maior capitalização dos custos diferidos que possam ter sido consideradas anteriormente como despesas, tais como custos de desenvolvimento, maior reconhecimento de certos tipos de intangíveis; alteração do tratamento das actuais diferenças dos esquemas definidos para benefícios de pensões; alterações no reconhecimento das acções atribuídas aos trabalhadores, e outros pagamentos feitos com base nestas aos trabalhadores considerados como custos com pessoal; proibição de se utilizar a taxa de fecho para converter operações estrangeiras e introdução de uma nova opção para a apresentação de resultados em qualquer moeda; novas regras para a contabilização de contratos futuros em moeda estrangeira; separação dos títulos de dívida em dívida e componentes equivalentes; aceleração do diferimento dos proveitos devido às novas regras de reconhecimento destes; e novas divulgações contabilísticas.

Referindo Andersen *et al.* (2001), estas diferenças decorrem do facto de que pelas normas contabilísticas irlandesas: o *goodwill* pode ter uma vida indefinida, e como tal não ser amortizado; os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças à data em vez de diferenças temporais, e as “oscilações” poderão ser reconhecidas somente se esperar que elas estagnem, ou quando à data do balanço tenha ocorrido algum movimento que dê lugar ao aumento do activo ou passivo, os dividendos propostos são tratados como activos; os impostos diferidos de activos e passivos podem ser descontados; o reconhecimento de activos por impostos diferidos pode ser mais restritivo; os instrumentos financeiros não são reconhecidos pelo justo valor; os instrumentos financeiros emitidos por uma empresa que são legalmente acções, são apresentados no capital próprio independentemente da sua substância, e os instrumentos financeiros compostos não são divididos em activos e passivos; os procedimentos relacionados com as operações descontinuadas podem ter início mais tarde; o relato por segmentos não utiliza uma base primária/secundária, e relata os activos líquidos, em vez de activos e

passivos separadamente; as demonstrações dos fluxos de caixa são reconciliadas somente sobre caixa (*cash*), em vez de caixa e seus equivalentes.

Actualmente, o ASB (entidade que emite as normas contabilísticas que posteriormente são adoptadas pela República da Irlanda) tem em curso um projecto de convergência que pretende que, dentro de poucos anos, apenas existam pequenas ou nenhuma diferença entre as *Irish GAAP* e as *IAS/IFRS*. Assim, e citando Maguire (2006), uma empresa acabará por preparar as suas contas usando as *IAS/IFRS* (senão mesmo por obrigação). Este processo de convergência é de tal forma importante, que as regras contidas na *Schedule 17A* do *TCA* aplicam-se não só na transição das *Irish GAAP* para as *IAS/IFRS*, como também na transição para as *Irish GAAP* convergidas com as *IAS/IFRS*.

As normas contabilísticas emitidas pelo ASB, resultantes do processo de convergência atrás referido, denominam-se de *Financial Reporting Standards (FRS)*.

4.3. Impactos em termos da tributação directa – Finance Act 2005

O Finance *Bill* (que corresponde ao nosso Orçamento de Estado), do ano de 2005, e que depois foi promulgado no *Finance Act* 2005, assume grande importância quando se fala na elaboração das contas com base nas *IAS/IFRS*, uma vez que contempla os ajustamentos de transição a serem efectuados aquando da passagem das *Irish GAAP* para as *IAS/IFRS*, ou das *Irish GAAP* para as *Irish GAAP* ajustadas às *IAS/IFRS*.

De acordo com o *Finance Bill* de 2005, os lucros para efeitos fiscais deverão estar apurados de acordo com as *Irish GAAP* ou *IAS/IFRS*, “*subject to any adjustment required ou authorized by law*”. De acordo com Fennell (2005) isto pode ser visto como uma reafirmação da posição já existente, conjuntamente com a confirmação de que as contas preparadas sob as *IAS/IFRS* serão agora aceites para efeitos fiscais.

Até o *Finance Bill* 2005 ter sido publicado, o cálculo do lucro tributável, que era apurado através do lucro contabilístico, baseava-se somente na Jurisprudência. Tal como foi referido por Fennell (2005), para as empresas conseguirem identificar quais as implicações fiscais da mudança para as *IAS/IFRS* (ou, de facto, da incorporação das *IAS/IFRS* nas *Irish GAAP*), o primeiro passo é identificar o impacto nas demonstrações financeiras, tanto na data da transição como em períodos subsequentes. Posteriormente, será então necessário estabelecer se existem ou não regras fiscais específicas que se apliquem a determinada transacção, especialmente na transição para a nova estrutura conceptual – as *IAS/IFRS*.

A secção 76 A do *TCA* 97, alterada pelo *Finance Act* 2005, esclarece que, para efeitos de tributação pelo Case I ou II, os proveitos e ganhos, para efeitos fiscais, deverão ser calculados com base nos proveitos e ganhos contabilísticos, contabilizados de acordo com as *Irish GAAP* ou *IAS/IFRS*, sujeitos a quaisquer ajustamentos definidos por lei. Contudo, existem excepções: existem regras específicas para evitar vantagens fiscais que possam advir de transacções intra-grupo, quando uma das empresas do grupo opta pelas *Irish GAAP* e outra empresa do mesmo grupo pelas *IAS/IFRS*. De acordo com esta medida, se realmente se verificar que existe vantagem fiscal, então as duas empresas deverão optar pelas *Irish GAAP*. Outra excepção está relacionada com os ganhos e perdas não realizados que resultem de alterações do justo valor dos instrumentos financeiros, que deverão ser tributados de acordo com os valores contabilísticos, ou seja, os ganhos serão tributados e as perdas uma dedução permitida.

A secção 48 (1) (b) do *Finance Act 2005* insere a Secção 76A no *Taxes Consolidated Act*. Tal como referido por Maguire (2006), esta é uma secção chave que serve dois objectivos, sendo o primeiro que, para efeitos fiscais, os lucros sujeitos a tributação de acordo com o *Case I* deverão ser apurados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites sujeitos a quaisquer ajustamentos requeridos ou autorizados por lei; e em segundo, dá efeito à nova *Shedule 17A TCA*, que trata dos ajustamentos transicionais, quando uma empresa transita de uma estrutura conceptual para a outra na preparação das contas para efeitos de apuramento dos resultados fiscais.

A secção 76 A aplica-se a todas as empresas que transaccionem ou exerçam uma profissão, que sejam tributadas sob o *Case I* ou *II* da *Shedule D*. esta secção aplica-se quer as *IAS/IFRS* sejam adoptadas ou não. Tal como referido por Maguire (2006), a maioria da legislação estabelece que para efeitos do *Case I* e *II*, os princípios contabilísticos geralmente aceites (quer estes sejam as *Irish GAAP* ou *IAS/IFRS*), terão de ser seguidos para efeitos de apuramento dos rendimentos tributáveis, sujeitos a quaisquer ajustamentos requeridos ou autorizadas por lei.

O *Revenue* publicou vários documentos para servirem de interpretação à Secção 48 do *Finance Act 2005*. Alguns dos parágrafos das interpretações, publicadas pelo *Revenue*, foram referenciadas por Maguire (2006), nomeadamente:

“The new Section 76A provides...that, for the purposes of Case I or II, a company’s trading profits are to be computed in accordance with generally accepted accounting practice. However, this is subject to any adjustment that may be required or authorized by law in computing such profits for tax purposes. The profits in this context are-

- Where Irish GAAP is used, amounts reflected in the Profit and Loss Account, and*
- Where IAS/IFRS are used, amounts reflected in the Income Statement.*

Where IAS/IFRS are used, amounts reflected in the Statement of Changes in Equity are not included in profits for tax purposes until such amounts are included in the Income Statement...

Adjustments Required or Authorized By Law

The types of adjustments that might be required or authorized by law in computing profits for tax purposes include disallowance of capital expenditure that may have been taken into account in computing accounting profits, the disallowance of entertainment expenses, the deduction of capital allowances, and so on. ‘Law’ for these purposes is not

defined but it would include statute law, statutory instruments, and any directly applicable EU law. It would also include case law because case law involves a decision by the Courts as to what statute law means. While Revenue-produced materials, such as Statements of Practice and Tax Briefing explain how Revenue interprets the law, such materials are not law”.

Quando uma empresa transita das *Irish GAAP* para as *IAS/IFRS*, ou das *Irish GAAP* para as *Irish GAAP* ajustadas às *IAS/IFRS*, na preparação das suas demonstrações financeiras, serão necessários vários ajustamentos contabilísticos de forma a se reexpressar o Balanço de abertura, e as Demonstrações Financeiras do ano anterior ao da transição, de forma a facilitar a comparação entre os dois períodos contabilísticos. Tal como mencionado por Maguire (2006), haverá lugar a uma reconciliação dos ajustamentos efectuados como parte integrante das “notas” (Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados), mas será igualmente necessário proceder à revisão em detalhe dos ajustamentos actuais efectuados por cada empresa no “salto” para os novos princípios contabilísticos geralmente aceites. O tratamento que era dado anteriormente aos ajustamentos efectuados no ano anterior ao da transição foi sempre alvo de debates sobre se estes deveriam tributados, dedutíveis, ou não. A este respeito o *Revenue* veio dizer, através de um memorando explicativo do *Finance Act 2005*, que:

“The new shedule contains transitional measures to ensure against double counting, for tax purposes, of income or expenses on the move to IAS/IFRS or such income or expenses falling out of the tax system. Similar transitional rules apply in the case of the move to IAS/IFRS in the case of taxation of unrealised gains on financial instruments. The profits, losses and expenses that would otherwise fall out of the reckoning will be taxed or allowed as appropriate over a five year period... There will be no loss of deductibility for tax purposes of any bad debts incurred” (Maguire, 2006, p.48).

Neste trabalho, as áreas que serão abordadas como tendo tido maior impacto fiscal, são as que foram apresentadas por Brennan *et al.* (2008), nomeadamente:

- Adopção pela primeira vez das *IAS/IFRS*;
- Instrumentos Financeiros derivados e de cobertura;
- Reconhecimento das receitas e despesas;
- Provisões relacionadas com instrumentos financeiros;
- Encargos com pensões;

-
- Pagamentos com base em acções;
 - *Goodwill*;
 - *Leasing*;
 - Activos Intangíveis;
 - Activos Fixos;
 - Despesas de Investigação e Desenvolvimento;
 - Dividendos;
 - Transacções em moeda estrangeira;
 - Atenuação da Dupla Tributação;
 - *Royalties*;

que a seguir comentaremos sucintamente.

4.3.1. Adopção pela primeira vez das IAS/IFRS – IFRS 1

A IFRS 1 estabelece os princípios contabilísticos a serem adoptados pelas empresas quando estas apliquem as Normas Internacionais de Contabilidade pela primeira vez. De acordo com esta norma, a aplicação das IAS/IFRS é obrigatória para os períodos contabilísticos que se iniciem a/ou após 1 de Janeiro de 2005, contudo, as contas de 2004, que são apresentadas em conjunto com as de 2005 para efeitos de comparação, também terão de ser reajustadas de modo a estarem de acordo com as IAS/IFRS, embora com algumas excepções.

A secção 76A do TCA 97 esclarece, que para efeitos de tributação com base no Case I ou II, os lucros ou ganhos de uma transacção ou profissão relativas a uma empresa, deverão estar fiscalmente apurados com base nas contas da empresa, sendo que estas têm de estar preparadas com base nas *Irish GAAP* ou nas IAS/IFRS, sujeitas a qualquer ajustamento requerido ou autorizado por lei.

Contudo, existem várias excepções:

- Existem cláusulas específicas para prevenir vantagens fiscais que possam advir de certas situações em que uma empresa dentro do grupo opte pelas *Irish GAAP* e outra, dentro do mesmo grupo, pelas IAS/IFRS, onde poderá resultar uma vantagem fiscal pelas transacções intragrupo. Esta medida obriga a que, sempre que possa advir vantagem fiscal, ambas as empresas tenham de elaborar as suas contas de acordo com as *Irish GAAP*;
- Os ganhos e perdas não realizados derivados dos ajustamentos do justo valor dos activos e passivos financeiros serão tributados de acordo com a contabilidade, ou seja, os ganhos serão sujeitos a tributação e as perdas poderão ser deduzidas fiscalmente;
- O valor pago pelas acções (*share based consideration*) só será dedutível se e quando o valor for pago por *arms' length* (princípio ligado à matéria dos preços de transferência e que trata da comparabilidade das operações), ou quando é efectuado um pagamento por uma empresa a outra para emissão de acções;
- As *securisation companies* (empresas securitização) podem optar por ser tributadas com base nas *Irish GAAP*, de modo a se assegurar que estas se mantêm neutras;

-
- Os custos de produção capitalizados, quando incluídos no valor de um activo que se qualifique para *capital allowances*, também serão qualificados para *capital allowances*;
 - Os juros capitalizados e custos de investigação e desenvolvimento, enquanto não estiverem relevados como despesas na Demonstração de Resultados, serão dedutíveis para efeitos fiscais;
 - Para efeitos de apuramento do imposto a pagar, a Demonstração de Resultados servirá de ponto de partida (se forem aplicadas as *Irish GAAP*, esta designa-se de *Profit and Loss Account – P&L*, se, por outro lado, forem aplicadas as *IAS/IFRS*, esta designa-se de *Income Statement*).

4.3.2. Instrumentos Financeiros derivados e de cobertura – IAS 39

A contabilização e tributação dos instrumentos financeiros, tal como referido por Maguire (2006), mudou drasticamente com o “aparecimento” das *IAS/IFRS*, e das suas *Irish GAAP* equivalentes.

A principal alteração em termos contabilísticos reside no facto de que os ganhos e perdas não realizados, derivados dos instrumentos financeiros, poderem passar a figurar na Demonstração dos Resultados, uma vez que pelas *IAS/IFRS* os proveitos devem ser reconhecidos quando seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a empresa, e esses benefícios possam se mensurados com fiabilidade. Assim, e atendendo à norma, os activos e passivos financeiros deverão ser mensurados da seguinte forma:

	Classificação	Mensuração
Activos	Empréstimo original Detido para a maturidade Detido para troca Disponível para venda	Custo amortizado Custo amortizado Justo Valor Justo Valor
Passivos	Detido para troca Todos os outros	Justo Valor Custo amortizado
Derivados	Troca Cobertura	Justo Valor Justo Valor

Tabela 4: Mensuração dos activos financeiros (tradução nossa)

Devido à mensuração pelo justo valor, os ganhos e perdas não realizados serão reconhecidos pelas *IAS/IFRS* numa extensão muito maior do que pelas *Irish GAAP*. Alguns destes ganhos e perdas não realizados irão figurar na Demonstração dos Resultados e outros em reservas na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O *Finance Act* de 2005 introduziu a Secção 76B no *TCA* que regula a tributação dos ganhos e perdas não realizados.

Um dos princípios fiscais mais importantes para as empresas de serviços financeiros é o de que os lucros não devem ser antecipados. A decisão do Tribunal Irlandês no caso *AB Ltd. v Mac Giolla Riogh ITR 418*, providenciou as bases para que a maioria das empresas do sector financeiro preparasse as suas demonstrações para efeitos fiscais com base em ganhos realizados. Contudo, dada a possibilidade às empresas de elaborarem as suas contas com base nas *IAS/IFRS*, e sendo estas aceites para efeitos fiscais, foi elaborada legislação específica para tratar os instrumentos financeiros. De acordo com esta legislação, os lucros e ganhos de activos e passivos financeiros calculados com base no justo valor, e incluídos na Demonstração de Resultados, deverão ser aceites para efeitos fiscais. Assim, o ganho ou perda consistirá nas alterações do justo valor no período contabilístico em referência.

Exemplo:

Nas Demonstrações Financeiras do ano de 2006 da empresa “*Irish, Ltd*”, figuravam na rubrica de instrumentos financeiros acções que haviam sido adquiridas em 2005 pelo

valor de €2.000,00, sendo o seu valor de mercado de 1.600,00. A 31 de Dezembro de 2007. O valor de mercado das referidas acções era de €3.000,00.

A 30 de Junho de 2008 a empresa alienou as acções pelo montante de €5.000,00.

- 1º - *Irish GAAP*: O valor a ser tributado em 2008 é €3.000,00 (€5.000,00 - €2.000,00), uma vez que as oscilações no justo valor não são relevadas para efeitos contabilísticos e, como tal, para efeitos fiscais.
- 2ª – *IAS 19 e FRS 26*: São consideradas as oscilações no justo valor pelo que, em termos contabilísticos, o valor constante da rubrica de instrumentos financeiros seria:

2005	€2.000,00
2006	€1.600,00
2007	€3.000,00

Assim, em termos de tributação teríamos:

2005	€(400,00)	Diminuição do Lucro Tributável
2006	€1.400,00	Aumento no lucro tributável
2007	€2.000,00	Aumento no lucro tributável
2008	€ 3.000,00	Mais-valia (tributada por 3 anos)

Sujeito a certas excepções, as empresas são obrigadas a aplicar as *IAS/IFRS* retrospectivamente, pelo que na transição para as *IAS/IFRS* poderá ocorrer um ajustamento cumulativo decorrente da acumulação de ganhos e perdas de modo a reflectir a natureza retrospectiva da mudança para as *IAS/IFRS*. Assim, foi necessário que a legislação tivesse em conta certas transacções reflectidas neste ajustamento para lidar com situações em que as receitas/despesas iriam, de outra forma, cair fora do alcance da tributação ou em que seriam tributados duas vezes. Deste modo, quaisquer diferenças entre o balanço de abertura preparado de acordo com as *IAS/IFRS* e o último balanço preparado, tendo em conta as *Irish GAAP*, terão de ser identificadas e consideradas cuidadosamente do ponto de vista fiscal. Estas medidas também se aplicam na transição das *IAS/IFRS* para as *FRS*, tal como a *FRS 26*.

Existem regras complexas, tal como as descritas por *Brennan et al.* (2008), que tratam da transição da tributação de instrumentos financeiros sob uma base de realização

para a tributação com base no justo valor. Os ganhos e perdas não realizados que decorram de activos e passivos financeiros, na passagem para as *IAS/IFRS* ou *FRS 26*, serão repartidos e reconhecidos durante cinco períodos contabilísticos sucessivos, com início no primeiro período contabilístico em que se apliquem as novas regras.

4.3.3. Reconhecimento de receitas e despesas

Actualmente, a maior parte dos honorários, taxas, quotas, são reconhecidos quando incorridos. Contudo, a *IAS 39* estabelece que estes deverão ser reconhecidos durante a vida útil do activo a que correspondem, pelo que teremos receitas a serem contabilizadas antecipadamente e outras posteriormente.

As taxas recebidas e as comissões pagas serão reconhecidas para efeitos fiscais com base no tratamento contabilístico. Contudo, poderão ser exigidos ajustamentos de transição para itens que já tenham sido anteriormente tributados e que voltem a ser reintroduzidos como receita ou para quando já tenha sido obtida dedução fiscal e agora as despesas voltem a ser reconhecidas. Se existir alteração do momento do reconhecimento da receita, o novo tratamento será seguido para efeitos fiscais.

Esta norma assegura que proveitos, perdas e despesas que de outra forma cairiam fora do cálculo ou que seriam duplamente tributados ou dedutíveis, sejam tributados ou dedutíveis, apropriadamente, durante um período de cinco anos., o que é semelhante às regras para os ajustamentos de transição dos instrumentos financeiros. As regras de transição, pelo período de cinco anos, definem que serão tratados como:

- Montantes dedutíveis: as importâncias tratados como receitas de acordo com as *IAS/IFRS*, que já tinham sido tratados sobre as *Irish GAAP*, como por exemplo, proveitos originalmente tributados em 2005, ou antes, que tinham sido contabilizados de acordo com as *Irish GAAP*, e que foram diferidos em 2006 de acordo com as *IAS/IFRS*. Também as despesas que não seriam dedutíveis pelas *IAS/IFRS* nem pelas *Irish GAAP*, serão tratadas como “montantes dedutíveis”. São exemplos de “montantes dedutíveis” as despesas que tenham sido anteriormente diferidas e, como tal, não tenham sido efectivamente contabilizadas como despesas atendendo às *Irish GAAP*, em períodos anteriores, ou o valor do aumento de despesas já reconhecidas.

-
- Montantes tributáveis: as importâncias que teriam sido tributadas se tivessem sido reconhecidas de acordo com as *IAS/IFRS*, mas que nunca foram tributados. Um exemplo de onde poderão ocorrer implicações é quando as regras de reconhecimento de proveitos requererem que os proveitos sejam reconhecidos antecipadamente. As despesas que sejam dedutíveis, contabilizadas de acordo com as *IAS/IFRS*, e que também tenham sido dedutíveis pelas *Irish GAAP*, serão igualmente tratadas como montantes tributáveis.

Quando os montantes tributáveis forem superiores aos montantes dedutíveis, a diferença entre estes deverá ser tratada como uma receita no primeiro período contabilístico em que os proveitos e ganhos tenham sido apurados de acordo com os “*relevant accounting standards*”. Esta diferença será tributada em cinco anos sucessivos. O mesmo tratamento é aplicável quando os montantes dedutíveis são superiores aos montantes tributáveis. Contudo, haverá lugar a uma dedução por um período de cinco anos, em vez de uma tributação pelo mesmo número de anos.

Exemplo

A empresa “*ParkingLot, Ltd.*” dedica-se à construção e arrendamento de estacionamento nas grandes cidades.

Em 30 de Junho de 2005, uma empresa contratualizou com esta o arrendamento de 20 lugares de estacionamento, pelo período de três anos, de forma a que os seus funcionários deixassem de ter desculpa para chegarem atrasados, tendo pago €30.000,00 (€10.000,00 por cada ano),

- De acordo com as *Irish GAAP*, os proveitos não são diferidos, pelo que em 2005 foram reconhecidos em proveitos operacionais os €30.000,00.
- De acordo com as *IAS/IFRS* os proveitos deverão ser diferidos pelo período de tempo em que dura o contrato, ou seja, quatro anos. Assim, o valor que deve figurar em proveitos operacionais em cada ano é:

2005	€5.000,00
2006	€10.000,00
2007	€10.000,00
2008	€5.000,00

Como em 2005 se havia contabilizado o total do valor do contrato, este foi sujeito a tributação. Assim, quando em 2006, 2007 e 2008 se contabilizar os valores correspondentes a cada ano, e estes forem sujeitos a tributação, a empresa terá sido duplamente tributada.

- Ajustamentos de Transição

- Os €10.000,00 tributados em 2006 e 2007, e os €5.000,00 tributados em 2008, serão dedutíveis ao longo de 5 anos a partir de 2006;
- Dedução transicional: $(€10.000,00 + €10.000,00 - €5.000,00) / 5$ anos;
- Rendimentos Tributáveis: Proveitos reconhecidos – Dedução transicional

	Irish GAAP 2005	IAS/IFRS 2006	IAS/IFRS 2007	IAS/IFRS 2008	IAS/IFRS 2009	IAS/IFRS 2010	Total IAS/IFRS
Rendimentos	30.000	10.000	10.000	5.000	-	-	25.000
Dedução transicional "montante dedutível"	-	(5.000)	(5.000)	(5.000)	(5.000)	(5.000)	
Rendimentos Tributáveis	-	5.000	5.000	0	(5.000)	(5.000)	0
Imposto (12.5%)	-	625	625	-	-	-	1250
Activo por impostos diferidos	-				625	625	1250

Tabela 5: Imposto a pagar e activos por impostos diferidos relativo ao reconhecimento de proveitos

4.3.4. Provisões relacionadas com investimentos financeiros – IAS

39

Referenciando Maguire (2006), a frase chave utilizada na Jurisprudência relativa à dedutibilidade ou tributação das provisões é que nem os custos ou proveitos deverão ser antecipados para efeitos fiscais.

De acordo com a *IAS 39* só são constituídas provisões até ao montante em que a perda já tenha incorrido e quando existam provas objectivas que a suportem.

O tratamento contabilístico preconizado pelas *IAS/IFRS* será aceite para efeitos fiscais, pelo que, qualquer aumento no aumento da provisão, só será aceite se a provisão estiver constituída de acordo com as *IAS/IFRS*.

De acordo com o *Finance Act 2006* (Secção 61), os ajustamentos de transição relacionados com as provisões, não beneficiarão da dedução/tributação diferida por 5 anos, que será aplicada aos outros ajustamentos de transição, anteriormente referidos. Assim, não serão efectuados quaisquer ajustamentos respeitantes aos proveitos tributáveis, aquando da reexpressão das provisões na transição para as *IAS/IFRS*. Se a provisão para cobranças duvidosas que constar nas primeiras contas de abertura, elaboradas pelas *IAS/IFRS*, exceder a provisão para cobranças duvidosas existente à data da elaboração das últimas contas, preparadas pelas *Irish GAAP*, a diferença será ignorada, a não ser que a provisão subsequentemente desça para valores inferiores aos de abertura (Maguire, 2006).

Para as empresas que continuem a preparar as suas contas de acordo com as *Irish GAAP* não ajustadas às *IAS/IFRS*, apenas serão aceites fiscalmente provisões “específicas”.

Exemplo:

A empresa “*Save your Money, Ltd*” aplicou até 31 de Dezembro de 2004 as *Irish GAAP* na preparação das suas contas. A partir de 1 de Janeiro de 2005, esta pretende passar a utilizar as *IAS/IFRS*.

Do seu “Balancete de Fecho”, extraiu-se a seguinte informação relativamente às provisões para instrumentos financeiros:

- Provisão específica: €2.000,00
- Provisão geral: €3.000,00

Sabe-se ainda, que dos €3.000,00 que estavam contabilizados em provisões gerias, €1.500,00 já cumprem os requisitos da *IAS 39* para poderem ser reconhecidos como provisão. Assim, o valor a considerar em provisões, aquando da abertura das

contas pelas *IFRS* a 1 de Janeiro de 2005, é de €3.500,00. Esta provisão designa-se de “*opening bad deb provision*”.

No final de 2005, o valor das provisões era de €4.000,00. Em 2006 o valor das provisões aumentou para €5.000,00, tendo em 2007 descido para €2.500,00.

De acordo com o *Finance Act* o primeiro período contabilístico relevante é 2005.

Para efeitos fiscais, não existe nenhuma dedução fiscal relativa à transição para as *IAS/IFRS*. Contudo, se as provisões pelas *IAS/IFRS* diminuïrem, será dada a possibilidade de se deduzir o valor pelo qual a provisão de abertura excede o valor actual ou valor da provisão específica, dos dois o mais alto. Se a descida se verificar em anos consecutivos, terá de se deduzir ao montante dedutível apurado a dedução que já foi efectuada nos anos anteriores.

Resumidamente, em termos de tributação, teremos:

	Irish GAAP	IAS/IFRS	IAS/IFRS	IAS/IFRS	IAS/IFRS	IAS/IFRS
	31/12/2004	01/01/2005	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
	€	€	€	€	€	€
Provisão geral	3.000	-	-	-	-	-
Provisão específica	2.000	-	-	-	-	-
Provisão de abertura	-	3.500	3.500	3.500	3.500	3.500
Provisão actual	-	3.500	4.000	5.000	2.500	1500
Dedução permitida	N/A	N/A	500	1.000	1000	500

Tabela 6: Tributação das provisões para investimentos financeiros

4.3.5. Encargos com pensões

Contabilística e fiscalmente, o tratamento das pensões difere bastante, (Maguire, 2006).

As contribuições para planos de pensões efectuadas por uma empresa estão sujeitas a legislação específica, relacionada com o facto de estas poderem ou não ser deduzidas para efeitos fiscais.

As empresas irlandesas estão actualmente obrigadas a suportar custos com pensões de empregados de acordo com o *Statement of Standard Accounting Principle 24* (SSAP 24), que difere os custos de longo prazo associados à constituição dos planos de benefícios para os empregados pelo tempo em que estes estejam ao serviço da empresa.

A *Irish GAAP* ajustada às *IAS/IFRS* no respeitante às pensões é a *FRS 17*. Esta norma obriga as empresas a determinarem os seus excessos/défices, relativos aos encargos com pensões, com base nas regras específicas emanadas por si, que são muito semelhantes às regras preconizadas pela *IAS 19*. De acordo com estes dois normativos, os custos ou perdas associados às pensões são calculados com base no custo actual da contratação dos planos de pensões, ou seja, o custo inicial da constituição mais os custos do próprio exercício. No entanto, é de esperar que, com a aplicação das *IAS/IFRS*, ocorram mais oscilações nos custos suportados.

Fiscalmente, só serão aceites deduções relacionadas com encargos com pensões, quando estas tenham sido efectuadas de acordo com a secção 774 do *TCA 97*, o que já acontecia anteriormente. Contudo, tal como é referido por Brennan *et al.* (2008), as implicações relacionadas com os impostos diferidos, associados às pensões, terão de ser consideradas cuidadosamente, nomeadamente quanto à identificação das diferenças temporárias.

4.3.6. Pagamentos com base em acções

De acordo com a *IAS/IFRS 2*, uma entidade deve reconhecer como despesa o justo valor dos pagamentos feitos com base em acções, enquanto que pelas *Irish GAAP*, as despesas só deverão ser registadas quando à data do registo o valor de mercado exceder o valor registado, e só é exigido o reconhecimento da parte excedente entre o valor de mercado e o preço a pagar inerente às opções do acordo.

De acordo com a secção 81(2) do *TCA 97*, “*any consideration given for goods or services, to an employee or director of a company, wich consists, directly or indirectly, of*

shares in the company, or conected company... or a right to receive such shares” não serão dedutíveis para efeitos fiscais. Contudo, existem duas excepções a esta regra:

- Se, por exemplo, consistirem em pagamentos de uma empresa subsidiária à empresa mãe, pela emissão de acções;
- Também poderá haver lugar à dedução quando uma empresa adquira acções de outra empresa relacionada.

Assim, os custos dos instrumentos de capital, emitidos por uma empresa irlandesa não serão dedutíveis, a não ser que estejam cobertos por uma das duas regras atrás mencionadas. A regra aplica-se a acções da própria empresa ou de uma empresa relacionada.

Com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007, é também permitida a dedução fiscal pelo direito de receber acções onde os pagamentos são feitos com base nas regras mencionadas anteriormente, sempre que estes sejam feitos à “*bona fide*” para efeitos comerciais.

Na prática, e citando Brennan *et al.* (2008), o montante expresso na Demonstração dos Resultados será adicionado retrospectivamente para efeitos fiscais e será permitida uma dedução fiscal quando os prémios de emissão sejam pagos à empresa-mãe ou a outra empresa do grupo pela emissão das acções, ou quando os prémios de emissão sejam pagos pela aquisição de acções no mercado.

Quando uma empresa usa um depósito para garantir as acções a serem posteriormente distribuídas aos empregados, terá de se ter em conta a secção 81A do TCA 97.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008, o significado das contribuições para benefícios dos empregados foi alargado, de modo a que qualquer acção que resulte na retenção de activos ou no aumento do justo valor destes activos para efeitos de recebimento de contribuições dos benefícios dos empregados seja incluída na definição do plano de benefícios dos mesmos.

Exemplo

A empresa “*All Friends, Ltd*” dá a possibilidade aos seus empregados de investirem em acções da empresa. O investimento nas acções poderá ser efectuado durante quatro anos, e as acções são adquiridas ao valor de mercado actual.

Para o efeito, a empresa tem duas opções, no final dos quatro anos:

- Emitir novas acções;
- Adquirir novas acções no mercado.

Actualmente, o valor de mercado das acções é de €50,00/acção. No final dos quatro anos o seu valor é de €150,00.

Contabilisticamente, o justo valor das acções será aceite, pelo que se irá diferir o custo associado a estas, quer sejam emitidas ou adquiridas. Assim, o valor total do custo por acção é de €100,00 (€150,00 – 50,00), sendo que este deverá ser repartido por quatro anos, pelo que o valor a ser contabilizado em custos é €25,00 (€100,00/4anos).

Fiscalmente, se as acções forem emitidas, haverá a uma adição antecipada no valor de €25,00 por acção, no apuramento do imposto, para cada um dos três anos. Não é concedida qualquer dedução pelo facto de as acções terem sido emitidas a custo zero pela empresa. O mesmo sucede no caso de as acções serem compradas no mercado. Contudo, no quarto ano haverá lugar a uma dedução no valor de €100,00 (€150,00 – €50,00) por cada acção.

4.3.7. Goodwill (Combinações Empresas)

De acordo com a *IFRS 3* o *Goodwill* deixa de ser amortizado. Este, será reconhecido no Balanço quando as aquisições ocorram, e é anualmente testado para perdas por imparidade.

Assim, não ocorrerão alterações ao tratamento fiscal no que respeita à amortização do *goodwill*, que é tratada como uma rubrica de capital, não sendo permitida qualquer dedução fiscal.

4.3.8. Leasing

Um contrato de leasing dá o direito à pessoa que o contrata de usar o bem durante um determinado período de tempo. Tal como nas *Irish GAAP*, também pelas *IAS/IFRS* o tratamento contabilístico a dar ao leasing dependerá do facto de estarmos perante um leasing financeiro ou operacional.

O leasing financeiro caracteriza-se pelo facto de haver transferência para o “comprador” de todos os riscos associados ao bem, enquanto que nos leasings operacionais tal não acontece.

A IAS 17, tal como descrito por *Brennan et al.* (2008), não contempla as oscilações fiscais quando se calcula o lucro no leasing financeiro. Esta obriga ao reconhecimento de certos benefícios fiscais relacionados com as transacções de leasing quando estas surgem, em vez de as diferir pelo período em que dura o leasing; e altera o período em que as receitas do leasing são reconhecidas.

Exceptuando-se os leasings de curto prazo que vêm definidos na secção 80A do TCA97, o tratamento contabilístico do leasing não é aceite para efeitos fiscais.

4.3.9. Activos Intangíveis – Software e Custos com a Internet capitalizados

De acordo com as *Irish GAAP*, as despesas de software são tratadas como activos fixos, o que difere completamente da IAS 37 que diz que estes, e os custos relacionados com a internet, têm de ser contabilizados como activos intangíveis, e amortizados à medida que se esperem que fluam benefícios económicos para a empresa.

Ainda de acordo com a legislação, a amortização do software por um período de 8 anos continuará a ser aceite fiscalmente. A subsecção 2A introduzida na secção 316 do TCA 1997 veio permitir que certas despesas relacionadas com custos de laboração, de acordo com as *IAS/IFRS*, que estejam incluídas no valor do bem também possam ser consideradas aquando do cálculo das “*capital allowances*”, enquanto que a secção 81 proíbe que os juros relacionados com a aquisição dos activos sejam tomados em conta aquando do cálculo das “*capital allowances*”.

4.3.10. Activos Fixos

Segundo as *Irish GAAP* e *IAS/IFRS*, as empresas podem optar, aquando da mensuração de um activo fixo, pelo modelo do custo ou modelo de revalorização. De acordo com o modelo do custo todos os activos fixos tangíveis devem ser reconhecidos quando incorridos. Se se optar por este modelo, o activo fica sujeito a depreciações

acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Se, por outro lado, se optar pelo modelo de revalorização, então o activo é reconhecido pelo seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Fiscalmente, os custos operacionais capitalizados como parte de um activo que esteja classificado como “*capital allowances*”, farão parte dos custos permitidos para efeitos de “*capital allowances*”. Os juros que tenham sido capitalizados poderão continuar a ser dedutíveis como réditos.

Tal como foi referido por *Brennan et al* (2008), a reavaliação dos activos poderá ter um grande impacto nos impostos diferidos.

4.3.11. Despesas de investigação e desenvolvimento

Como estipulam as *IAS/IFRS*, os custos com as despesas de investigação e desenvolvimento poderão ser capitalizados, incluindo os juros, que pelas *Irish GAAP* seria contabilizado com despesa.

A secção 766 do *TCA 97* assegura que será concedido crédito fiscal para as despesas de investigação e desenvolvimento incorridas mesmo que estas tenham sido capitalizadas, e clarifica que as despesas de investigação e desenvolvimento irão concorrer para a formação de um crédito fiscal, embora possam ser capitalizadas e incluídas no valor do bem para efeitos contabilísticos, e que as despesas com juros não serão tidas em conta para as despesas de investigação e desenvolvimento mesmo que tenham sido capitalizadas e incluídas no valor dos activos.

4.3.12. Dividendos – Acontecimentos após a data do Balanço

As *IAS/IFRS* referem que os dividendos devem ser reconhecidos no período em que a sua distribuição é aprovada, o que não acontece quando se aplicam as *Irish GAAP*, em que estes são reconhecidos no período a que correspondem. No entanto, as *Irish GAAP* já estão a aproximar-se das *IAS/IFRS*, o que significa que, quaisquer dividendos propostos num ano, apenas serão dedutíveis no ano em que são aprovados, ou seja, no ano seguinte àquele a que respeitam.

Não haverá impacto fiscal uma vez que a tributação é feita com base nos resultados contabilísticos antes de serem contabilizados os pagamentos dos dividendos. Onde poderão resultar alterações é nas empresas que recebem os dividendos e que são tributadas de acordo com o Case III.

4.3.13. Transacções em moeda estrangeira

A moeda funcional para as empresas subsidiárias/sucursais para efeitos de consolidação é estritamente a que vem definida na IAS 21, o que não acontece com as *Irish GAAP*, onde existe maior flexibilidade, segundo o referido nas *IAS/IFRS*.

Na transição para uma nova moeda funcional, todos os itens do Balanço e da Demonstração de Resultados serão transpostos para a nova moeda funcional à mesma taxa de câmbio, sendo a taxa respeitante ao dia da transposição. Não existirá qualquer transposição retrospectiva ou período antecedente de ajustamento quando a alteração da moeda funcional não resulte de uma alteração de políticas contabilísticas ou erros. Assim, tal como mencionado por Brennan *et al.* (2008, p. 853) “*such differences and any previous exchange differences that arose from translation of a foreign operation and which are contained in reserves will remain in reserves*”.

A definição de moeda funcional apresentada pela IAS 21 é semelhante à definição fiscal dada pela secção 402 do TCA 97, que define que a moeda funcional é a moeda do ambiente económico no qual a entidade opera.

O *Revenue* veio esclarecer que o uso de demonstrações financeiras na apresentação da moeda, para efeitos fiscais, deverá desconsiderar quaisquer diferenças de câmbio que resultem da transposição da moeda funcional para a moeda de relato. Os ganhos e perdas que tenham concorrido para o apuramento do imposto, deverão ser directamente equivalentes aos proveitos e ganhos resultantes das contas elaboradas pela moeda funcional.

4.3.14. Atenuação da Dupla Tributação

A atenuação da dupla tributação tem como objectivo reduzir eficazmente o imposto irlandês quando ocorre dupla tributação de rendimentos em que um imposto estrangeiro

também incide sobre os mesmos rendimentos. No entanto, emerge uma dificuldade, tal como é apontado por Brenann *et al.* (2008), quando as regras subjacentes ao apuramento do imposto diferem de jurisdição para jurisdição. Um exemplo são as oscilações no justo valor dos instrumentos financeiros, que em certos países são tributadas, enquanto que na República da Irlanda estas oscilações só são tributadas quando são realizadas, ou vice-versa.

A principal dificuldade inerente à dupla tributação prende-se com o *timing*. Quando os rendimentos são tributados antecipadamente numa jurisdição e só posteriormente na República da Irlanda as consequências são (Brennan *et al*):

- Por exemplo, numa sucursal irlandesa, para que não exista dupla tributação, os rendimentos não serão sujeitos a imposto; e
- Quando os rendimentos são reconhecidos na República da Irlanda não existe imposto nenhum imposto estrangeiro análogo que tribute esses mesmos rendimentos.

A este respeito o *Revenue* veio dizer que: *“Where, in such circumstances, it appears likely that there would otherwise be an overall loss for foreign tax as a result solely of differences in the timing of recognition for tax purposes by Ireland and another country of income from financial instruments, Revenue will accept an irrevocable election to base the computation of Irish tax for any period insofar as it relates to the type of financial instrument concerned on the foreign measure for tax purposes of the income from the financial instrument concerned in place of the Irish measure”*.

4.3.15. Royalties

Pagamentos que são tratados como um custo dos rendimentos, não são dedutíveis se forem considerados contabilisticamente como custos de capital. Como exemplo temos as anuidades, as patentes, os royalties, as rendas e, até um certo limite, os juros pagos por uma empresa. Contudo, será permitida a dedução dos royalties quando estes sejam considerados como tendo *“revenue in nature”*, não esquecendo que estes podem ser incluídos no custo de um activo, em termos contabilísticos. A dedução será obtida como um custo.

4.3.16. Empréstimos preferenciais ou sem juros

A *IAS 39* obriga a que os empréstimos preferenciais ou sem juros sejam mensurados pelo justo valor, utilizando-se para o efeito as taxas de juro do mercado que seriam aplicáveis quando o empréstimo é realizado pela primeira vez. As *Irish GAAP* não abordam estes tipos de empréstimos, pelo que a utilização das *IAS/IFRS* fará com que o rendimento seja reconhecido na declaração de rendimentos no início do empréstimo.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objectivo a análise e verificação dos estudos e projectos que já foram desenvolvidos pela República da Irlanda, no que concerne à tributação directa, no âmbito da adopção do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

A metodologia que foi seguida neste trabalho foi a de elaboração de uma tese de descrição e análise, principalmente, das rubricas contabilísticas, que sofreram maior impacto a nível fiscal, focando-se as medidas concretas que foram implementadas.

Pela leitura deste trabalho poder-se-á concluir que a República da Irlanda já deu grandes passos na aceitação das *IAS/IFRS*. A nível contabilístico, já está em curso, por parte do *ASB*, um processo de convergência entre as *IAS/IFRS* e as *Irish GAAP*, do qual surgiram as *FRS*, que no fundo são as *Irish GAAP* fundidas com as *IAS/IFRS*. A nível fiscal, já foram efectivamente implementadas algumas normas e regras para permitirem que as regras fiscais não dificultem ou proíbam a elaboração das contas pelas *IAS/IFRS*. Essas medidas foram introduzidas maioritariamente através do *Finance Bill 2005*, que além de vir alterar alguns dos princípios e regras fiscais definidos no TCA 97, vêm também esclarecer e exemplificar alguns dos ajustamentos de transição que terão de ser efectuados aquando da mudança das *Irish GAAP* para as *IAS/IFRS*.

No que respeita à harmonização da tributação directa (única que foi objecto do nosso estudo), esta nunca será aceite pacificamente na República da Irlanda, pois a sua taxa de tributação baixa (12.5%), que é aceite pela EU, o que faz com que esta seja um local atractivo de investimento estrangeiro. Assim, tal como foi referido por Enda Faughn (PriceWaterHouse, 2007), na *Finance Dublin Conference de 2007*, “a threat is emerging in the form of the Common Consolidated Corporate Tax Base, which will have to be monitored closely so that it does not threaten the central core of Ireland’s fiscal policy”.

Resumindo, a nível contabilístico, a República da Irlanda, já vai se encontra num avançado de convergência e aceitação das *IAS/IFRS*. Contudo, a nível da harmonização fiscal, mais especificamente da harmonização da tributação directa, ter-se-á de aguardar pelos próximos passos da UE e ver qual será a reacção da República da Irlanda, mas não se espera que a tributação através de uma base comum consolidada venha a ser aceite pacificamente.

Em suma, muitas das implicações fiscais que advieram da adopção das IAS/IFRS na República da Irlanda serão eventualmente as mesmas que existem ou existirão em Portugal, pelo que as alterações que terão de ser introduzidas na nossa legislação fiscal não estarão muito distantes daquelas que foram introduzidas na República da Irlanda. Actualmente, o Governo português já tem autorização legislativa para alterar o Código do IRC e legislação complementar, no sentido de se adoptar os regras e princípios contabilísticos nacionais às respectivas regras e princípios preconizados nas normas internacionais.

BIBLIOGRAFIA

Andersen, BDO, Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young, Grant Thornton, KPMG, PricewaterhouseCoopers, 2001, “GAAP 2001 – A Survey of National Accounting Rules Benchmarked against International Accounting Standards”. Acedido em 28 de Dezembro, 2008. Disponível em: <http://www.iasplus.com/resource/gaap2001.pdf>.

Brennan, F., Moore, P., O’Sullivan, H., 2008, “Corporation Tax – Finance Act 2008”, Taxation Series 2008, 20ª Edição, Irish Taxation Institute.

COM(2003) 810 final, 2003, “Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social Europeu – Tributação dos dividendos das pessoas singulares no mercado interno”, disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0810:FIN:PT:PDF>.

Curtis, U., 2005, “Company Law and accounting changes”, Accountancy Ireland, Volume 37, n.º 3. Acedido em 21 de Fevereiro, 2008. Disponível em: http://accountancyireland.ie/dsp_articles.cfm/goto/1071/page/Company_Law_and_Accounting_Changes.htm

European Accounting Guide, 2001, David Alexander e Simon Archer, 4ª Edição, Aspen Law & Business.

Fennell, D., 2005, “Revenue Guidance on FA2005 Section 48 – IAS/IFRS measures”, Accountancy Ireland, Volume 38, n.º1. Acedido em 21 de Fevereiro, 2008. Disponível em: http://www.accountancyireland.ie/dsp_articles.cfm/goto/1189/page/Revenue_Guidance_on_FA2005_Section_48_-_IAS/IFRS_measures.htm.

Ferreira, E.P., 2002, “Aspectos da harmonização fiscal europeia”, in Fisco.- Volume 13 n.º 105/106, pp 3-19.

Freire, M., (200?), “A importância das Normas Internacionais de Contabilidade e a sua aplicação na Europa”, Acedido a 25 de Setembro, 2008. Disponível em: <http://www.cmvm.pt/NR/rdonlyres/10E723CB-5CC3-4589-9464-C8550BCE0860/2020/MFreire.pfd>.

International Tax Review, 2008, “European Commission’s proposal for CCCTB delayed”, Acedido a 22 de Dezembro, 2008. Disponível em:
<http://www.internationaltaxreview.com/?ISS=25039&PUBID=35&Page=10&SID=712176&TYPE=20>.

Maguire, T., 2006, “Taxing GAAP and IAS/IFRS”, Taxation Series 2006, Irish Taxation Institute.

PriceWaterhouseCoopers, 2007, “Close monitoring of Common Consolidated Corporate Tax base essential – says PwC”, Acedido a 6 de Janeiro, 2009. Disponível em:
<http://www.pwc.com/extweb/ncpressrelease.nsf/docid/18F615C76123E1FD802572AA004B8AAB>.

Rocha, L.M.R.M., 2006, “ A harmonização comunitária do imposto sobre as sociedades – realizações e perspectivas”, Acedido a 30 de Junho, 2008. Disponível em:
<http://www.fep.up.pt/docentes/froha/Harmonização%20Fiscal.pdf>.

APÊNDICES

Form CT1

Form CT1 Supplement

Annual Return

Form CT1
Pay and File Corporation Tax Return 2008
(for accounting periods ending in 2008)



Tax Reference Number

Remember to quote this number in all correspondence or when calling at the company's Revenue office

GCD

TAIN

According to our records the Company Accounting Period end date is

Return Address

Office of the Revenue Commissioners,
Collector-General's Division,
PO Box 354,
Limerick.

The company's Corporation Tax affairs are dealt with by:

RETURN OF PROFITS, CHARGEABLE GAINS, CHARGEABLE ASSETS ACQUIRED AND OTHER PARTICULARS FOR THE ACCOUNTING PERIOD INDICATED HEREUNDER

State Company Accounting Period [DDMMYYYY] FROM A1 TO A2

"Explanatory Notes on the completion of Form CT1 2008" are available on Revenue's website www.revenue.ie.

- This tax return should be completed and returned to the address shown above within 9 months after the end of the accounting period or by the 21st day of the ninth month if earlier.
- Revenue On-Line Service (ROS) allows you to meet the company's Pay and File obligations electronically. Access ROS at www.revenue.ie
- Penalties - The law provides for penalties for failure to make a return, or the making of a false return, or helping to make a false return, or claiming allowances or reliefs which are not due. These penalties include fines up to €126,970, up to double the tax in question and/or imprisonment.

If there are changes under the following headings, not already notified to Revenue, enter the new details below:

Nature of Trade, Business or Activity	<input type="text"/>
---------------------------------------	----------------------

Business Address:	Registered Office Address:
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Telephone <input type="text"/>	Telephone <input type="text"/>

YOU MUST SIGN THIS DECLARATION

I DECLARE that, to the best of my knowledge and belief, this return is correct and complete

[DDMMYYYY]

Signature	<input type="text"/>	Date	<input type="text"/>
Capacity of Signatory	<input type="text"/>		

Contact Details (in case of query about this return)

Agent's TAIN	<input type="text"/>	Contact Name	<input type="text"/>
Client's Ref.	<input type="text"/>	Telephone or E-Mail	<input type="text"/>

Tax Reference Number

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

1 COMPANY DETAILS

1.1 If the company is trading in the State through a Branch or Agency tick ☒ the box

[DDMMYYYY] ☐

1.2 If the company ceased trading in this accounting period state date of cessation

Close Companies only: Shareholders and other Participators - in the case of close companies, state:

1.3 Details of the beneficial ownership of the issued shares and loan stock (including debentures) during the accounting period

Name	Irish Tax Ref. No.	Holding of Shares, etc				
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<table><thead><tr><th>% of Shares</th><th>% of Loan Stock</th></tr></thead><tbody><tr><td><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/></td><td><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/></td></tr></tbody></table>	% of Shares	% of Loan Stock	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
% of Shares	% of Loan Stock					
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>					
Address						
<input type="text"/>						
Name	Irish Tax Ref. No.	Holding of Shares, etc				
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<table><thead><tr><th>% of Shares</th><th>% of Loan Stock</th></tr></thead><tbody><tr><td><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/></td><td><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/></td></tr></tbody></table>	% of Shares	% of Loan Stock	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
% of Shares	% of Loan Stock					
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>					
Address						
<input type="text"/>						
Name	Irish Tax Ref. No.	Holding of Shares, etc				
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<table><thead><tr><th>% of Shares</th><th>% of Loan Stock</th></tr></thead><tbody><tr><td><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/></td><td><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/></td></tr></tbody></table>	% of Shares	% of Loan Stock	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
% of Shares	% of Loan Stock					
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>					
Address						
<input type="text"/>						

1.4 Details of all other persons who were participators in the company at any time during the accounting period

Name	Address
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Irish Tax Ref. No.	
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
Name	Address
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Irish Tax Ref. No.	
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
Name	Address
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Irish Tax Ref. No.	
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
Name	Address
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Irish Tax Ref. No.	
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	

Tax Reference Number

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

Associated Companies

1.5 State the number of Associated Companies

A4

1.6 In the case of a Company which has Associated Companies give the following details:

Name of associated company	Irish Tax Ref. No.	Shareholders and their % shareholding	
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		
Name	Irish Tax Ref. No.	Shares %	
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%

Name of associated company	Irish Tax Ref. No.	Shareholders and their % shareholding	
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		
Name	Irish Tax Ref. No.	Shares %	
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%

Name of associated company	Irish Tax Ref. No.	Shareholders and their % shareholding	
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		
Name	Irish Tax Ref. No.	Shares %	
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%

Name of associated company	Irish Tax Ref. No.	Shareholders and their % shareholding	
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		
Name	Irish Tax Ref. No.	Shares %	
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	%

Tax Reference Number

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

Groups

- 1.7 If the company is a member of a group for Irish tax purposes, state:

Name of Parent	Irish Tax Ref. No.	or	Country of Residence of parent
<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>

- 1.8 In the case of a company which has subsidiaries, state the Irish tax reference number of each subsidiary OR, if a foreign company, state the name and country of residence of each subsidiary

Irish Tax Ref. No.	Irish Tax Ref. No.	Irish Tax Ref. No.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Name of Subsidiary	Country of Residence	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	

Group Relief

Only complete this panel if each company has all the qualifications for entitlement as set out in Sections 411 - 418 TCA 1997 inclusive

- 1.9 Surrender of Losses, etc.

Name of company to which loss surrendered	Irish Tax Ref. No.	Nature of Relief*	Amount Surrendered
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

- 1.10 Claim to Losses, etc.

Name of company from which loss claimed	Irish Tax Ref. No.	Nature of Relief*	Amount Claimed
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

* State whether surrender of Losses, Capital Allowances, Management Expenses, Charges, Research and Development Expenditure

Tax Reference Number

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

Amendment to Prior Accounting Period

If an adjustment is required to an assessment for a prior accounting period in respect of:

- 1.11 Repayment of Directors' Loans, state [DDMMYYYY]
- (a) Accounting Period originally assessed Accounting Period ended
- (b) Amount of loan repaid
- (c) Amount of refund due
- 1.12 Claim for relief under Section 396A(3) TCA 1997 (carry-back of losses)
State amount of loss (restricted by Section 1085 TCA 1997 where necessary) to be set back

Expression of Doubt

- 1.13 If you have a genuine doubt about any item in the return, tick ☒ the box and enclose a letter setting out clearly the point at issue. ☐

Current and Loan Accounts of Directors and Participators

Where a Close Company has made a loan to a participator or an associate of a participator give the following information:

	Director/Participator (1)	Director/Participator (2)
1.14 Name of Director or Participator	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.15 PPS Number	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.16 Opening Balance - Debit	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.17 Opening Balance - Credit	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.18 Debits, Advances	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.19 Credits, Repayments	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.20 Closing Balance - Debit	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.21 Closing Balance - Credit	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	Director/Participator (3)	Director/Participator (4)
1.22 Name of Director or Participator	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.23 PPS Number	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.24 Opening Balance - Debit	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.25 Opening Balance - Credit	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.26 Debits, Advances	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.27 Credits, Repayments	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.28 Closing Balance - Debit	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.29 Closing Balance - Credit	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Tax Reference Number

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

Return of Directors' Emoluments, Benefits, etc.

This Panel is set out on pages 6 and 7, entries should be made on both pages where relevant

1.30	Employer's Registration No.	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	Company Name	<input type="text"/>
1.31	Accounting Period	From <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	To <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	
1.32	Director's Name	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.33	Director's PPS No.	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]
1.34	Director's salary, fees and other remuneration	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]
1.35	Expenses payments made to Director	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]
1.36	Amounts paid to other persons to defray expenses incurred by Director	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]
1.37	Value of Assets transferred to Director	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]
1.38	Value of assets provided for Director's use	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]
1.39	Value of other benefits or facilities for Director's use	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> [DDMMYYYY]

Tax Reference Number

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

Return of Directors' Emoluments, Benefits, etc.

This Panel is set out on pages 6 and 7, entries should be made on both pages where relevant

1.30	Employer's Registration No.	<input type="text"/>	Company Name	<input type="text"/>
1.31	Accounting Period	From <input type="text"/>	To <input type="text"/>	
1.32	Director's Name	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.33	Director's PPS No.	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.34	Director's salary, fees and other remuneration	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.35	Expenses payments made to Director	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.36	Amounts paid to other persons to defray expenses incurred by Director	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.37	Value of Assets transferred to Director	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.38	Value of assets provided for Director's use	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.39	Value of other benefits or facilities for Director's use	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

Apportion profit between 'manufacturing' and 'non-manufacturing' where the company is engaged in both activities

Non-Manufacturing Trade Profits (and Manufacturing Trade Profits where the company commenced trading on or after 23 July 1998)¹

Manufacturing Trade Profits where the company commenced trading before 23 July 1998**

Manufacturing relief will be calculated automatically and shown as a credit on the notice of assessment

Tax Reference Number Panel(s) or section(s) that do not require
an entry should be left blank.**2 TRADING RESULTS (contd.)**

- 2.22 If there has been a change this accounting period to the valuation of work-in-progress as a result of the application of UITF Abstract 40, which gave rise to an uplift in value, tick ☐ box to confirm that you have included one fifth of the uplift in the trading profit returned above, and will account for the remaining value over the next four accounting periods (Sec. 95A TCA 1997) ☐

**Including manufacturing companies which entered into a grant agreement with an industrial development agency (as defined) before 31 July 1998 but did not commence trading until after that date.

Excepted Trade Profits (Section 21A TCA 1997) at Higher Rate of 25%

Net after related Losses, Charges, Group Relief, Capital Allowances and Balancing Charges (these deductions should not be entered on any other panel on the form)

- 2.23 Profits (where a loss occurs show 0.00) D2 .00
Where this includes profits from sale of residential development land ensure that Residential Development Land Relief is entered in Panel 9 at Line 9.6

- 2.24 If there has been a change this accounting period to the valuation of work-in-progress as a result of the application of UITF Abstract 40, which gave rise to an uplift in value, tick ☐ box to confirm that you have included one fifth of the uplift in the trading profit returned above, and will account for the remaining value over the next four accounting periods (Sec. 95A TCA 1997) ☐

Qualifying Shipping Activities at Standard Rate of 12.5%

- 2.25 Profits before Capital Allowances (where a loss occurs show 0.00) D7 .00

- 2.26 Balancing Charges B0 .00

Capital Allowances

- 2.27 Specified Capital Allowances SA .00

- 2.28 Machinery and Plant (including motor vehicles) SB .00

- 2.29 Industrial Buildings SC .00

- 2.30 Other SD .00

- 2.31 Trading Losses Forward (from earlier accounting period(s)) SE .00

- 2.32 Charges (Enter non-trade charges in Panel 9 at Line 9.4) HB .00

- 2.33 Group Relief HC .00

- 2.34 If there has been a change this accounting period to the valuation of work-in-progress as a result of the application of UITF Abstract 40, which gave rise to an uplift in value, tick ☐ box to confirm that you have included one fifth of the uplift in the trading profit returned above, and will account for the remaining value over the next four accounting periods (Sec. 95A TCA 1997) ☐

Tonnage Tax

- 2.35 If the company or group of companies is party to a Tonnage Tax election under Section 697D TCA 1997, tick ☐ the box ☐

- 2.36 Tonnage Tax Profits E7 .00

(Form CT1 Supplement - Tonnage Tax Profits should be downloaded from Revenue's website www.revenue.ie for completion and should accompany this return)

Election under Section 80A TCA 1997

- 2.37 If you are making an election under Section 80A TCA 1997 in respect of the taxation of certain short-term leases of plant and machinery, tick ☐ the box ☐

Claims under Section 847A and Section 848A TCA 1997

- 2.38 I confirm a deduction* has been made in this accounting period of this amount in respect of Donations to Approved Sports Bodies and claim relief under Section 847A TCA 1997 .00

- 2.39 I confirm a deduction* has been made in this accounting period of this amount in respect of Donations to Charities and Other Approved Bodies and claim relief under Section 848A TCA 1997 .00

*The relevant deduction should have already been made in arriving at the taxable income figure in Panel 2, or the management expenses figure in Panel 9.

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

EXTRACTS FROM ACCOUNTS [2.40 - 2.87]

[DDMMYYYY]

[DDMMYYYY]

2.40 Accounts Period (A.P.) - if it differs to A.P. on page 1 From To

Pages 10 & 11 must be completed in all cases except in the limited circumstance at Line 2.41

2.41 If you have previously submitted accounts information relating to this A.P., state the Return with which the accounts were submitted [DDMMYYYY]

Return for A.P. ended

Income

2.42 Sales / Receipts / Turnover

[illegible][illegible]

Trading Account Items

[illegible][illegible]

Expenses and Deductions

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

2 53 Interest Payable 00

[illegible][illegible][illegible][illegible]

Balance Sheet and Capital and Reserve Items

[illegible]

(b) If negative, state amount here

[illegible][illegible][illegible]

	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □	
281 Bank / Loans / Overdraft - Credit	□ □ □ □ □ □ □ □ □ □	00

2.62 Creditors and Accruals

2.63 Client Account Balances - Debit 00

2.64 Client Account Balances - Credit 00

[illegible][illegible]

(b) If negative, state amount here 00

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

Tax Reference Number

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

3 RENTAL INCOME FROM LAND AND PROPERTY IN THE STATE

- 3.1 Where the registration requirements of Part 7 of the Residential Tenancies Act 2004 have been complied with in respect of all residential premises tick ☐ the box
- 3.2 Rental Income (include 'Section 23' Relief clawback, if any) D5
- 3.3 Balancing Charges B2
- 3.4 Losses carried forward from preceding accounting periods S5
- Rental Capital Allowances**
- 3.5 Where a claim to tax relief on **property based incentive schemes** is included in this Panel (Panel 3) tick ☐ the box and give details in Panel 15 on page 20 of this Return
- 3.6 Capital Allowances which are allowable against Rental Income only (including Capital Allowances carried forward)
- 3.7 Other Rental Capital Allowances
- 3.8 Total Capital Allowances for offset against Rental Income J4
- Excess Rental Capital Allowances for offset against other income**
- 3.9 If you wish to elect to offset Excess Capital Allowances from this accounting period at Line 3.7 above against other income in this accounting period (Section 308(4) TCA 1997) enter the relevant amount
- 3.10 Group Relief claimed in respect of Excess Capital Allowances for offset against other income in this accounting period
- 3.11 Total Excess Capital Allowances for offset against other income in this accounting period H3

4 IRISH INVESTMENT INCOME AND OTHER IRISH INCOME

Interest arising in the State

- 4.1 Gross Interest received or credited (under deduction of Irish tax)* D6
- 4.2 Gross Interest received or credited (without deduction of Irish tax) D3
- * Ensure that the appropriate credit is entered in Panel 9 at Line 9.16

Other Irish Income

- 4.3 Other Income received under deduction of Irish tax* D8
- 4.4 (a) Other Income received without deduction of Irish tax D4
- (b) If any of the income at Line 4.4(a) refers to non-farming trade **Stallion profits**, enter the amount here
- (c) If any of the income at Line 4.4(a) refers to non-farming trade **Greyhound Stud Fees**, enter the amount here
- 4.5 (a) Amount of Losses for carry forward against future non-farming trade **Stallion profits**
- (b) Amount of Losses for carry forward against future non-farming trade **Greyhound Stud Fees**

*Where credit is due ensure that the appropriate credit is entered in Panel 9 at Line 9.16

Distributions received from companies resident in the State

- 4.6 All distributions should be entered (excluding distributions from Exempt Profits listed in Panel 6)

Tax Reference Number

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

5 FOREIGN INCOME (Enter amounts in €)

Foreign Income excluding Foreign Life Policies & Offshore Funds

- 5.1 Foreign Dividend Income before deduction of Irish tax* [Standard Rate 12.5%]
for which a claim under Sec. 21B TCA 1997 is being made FA
- 5.2 Other Foreign Dividend Income before deduction of Irish tax* [Higher Rate 25%]
(add to Line 5.3 & enter total at Line 5.4)
- 5.3 Other Foreign Income before deduction of Irish tax* [Higher Rate 25%]
(add to Line 5.2 & enter total at Line 5.4)
- 5.4 Total of Other Foreign Dividend Income / Other Foreign Income
(this is the total of Lines 5.2 & 5.3) F5
- *Where double taxation relief applies enter foreign tax deducted in Panel 9 at Line 9.5

Foreign Deposit Accounts (Section 895 TCA 1997)

Give the following details for each foreign deposit account opened during the accounting period ending in 2008, of which the company was the beneficial owner.

- 5.5 Name & Address of deposit holder (bank, etc.)
- 5.6 Date account was opened [DDMMYYYY]
- 5.7 Amount deposited on opening
- 5.8 Name & Address of intermediary, if any, through whom account was opened

[Include details of interest received from these accounts in Line 5.3]

Foreign Life Policies (Part 26 CH 6 TCA 1997)

Give the following details in respect of a policy issued in the accounting period ending in 2008 from any Member State of the EU or EEA, or from a Member State of the OECD with which Ireland has a Double Taxation Agreement.

- 5.9 Payment taxable Case III Sch. D (Section 730J(b) TCA 1997) F3
- 5.10 Gain taxable Case IV Sch. D (Section 730K(1) TCA 1997) F4
- 5.11 Name & Address of person who commenced the Foreign Life Policy
- 5.12 Terms of the policy
- 5.13 Annual premiums payable
- 5.14 Name & Address of the person through whom the Foreign Life Policy was acquired

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

Profits in respect of which the company has a statutory entitlement to exemption (other than amounts entered in Panel 4 at Line 4.6)

Tax Reference Number

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

7 CAPITAL GAINS (other than on land with Development Value) (contd.)

7.11	Amount of enhancement expenditure claimed - indexed where appropriate	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
7.12	Chargeable Gain/s	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
7.13	Previous Gain/s Rolled-over (<i>now chargeable</i>)	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
7.14	Net Loss/es in this accounting period	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
7.15	Unused Loss/es from prior accounting period(s)	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
7.16	Net Chargeable Gain	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
7.17	Unused Losses for carry forward to future accounting periods	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
7.18	Amount of Net Chargeable Gain at 20% (Enter the amount of the gain and not the amount of the tax payable)	G8 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
7.19	Amount of Net Chargeable Gain at 22% (15/10/2008 – 31/12/2008) (Enter the amount of the gain and not the amount of the tax payable)	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
7.20	Amount of Net Chargeable Gain at 40% (Enter the amount of the gain and not the amount of the tax payable)	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

8 CHARGEABLE ASSETS ACQUIRED

Enter the number of assets acquired and the consideration given in the accounting period

Description of Asset	Number of Acquisitions	Consideration
8.1 Shares (quoted & unquoted)	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
8.2 Residential Premises	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
8.3 Commercial Premises	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
8.4 Agricultural Land	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
8.5 Development Land	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
8.6 Business Assets	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
8.7 Antiques / Works of Art	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
8.8 Other	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

Deductions

- ## Reliefs

- Relief on Value Basis (Note: Enter amounts of gross Loss/Charge/Group Relief to be offset)

- ## Credits

- ### Research & Development Credit

- PAGE 17

Panel(s) or section(s) that do not require an entry should be left blank.

Description	No. of Disposals	Disposals between connected persons	Aggregate Area in Hectares	Aggregate Consideration (Substitute market value where disposal not made at arm's length)
		<input checked="" type="checkbox"/>		
10.1 Shares / Securities – Quoted		<input type="checkbox"/>		[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.2 Shares / Securities – Unquoted		<input type="checkbox"/>		[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.3 Development Land/Buildings	[][] [][]	<input type="checkbox"/>	[][] [][] [][] [][] [][] [][]	[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.4 Commercial Premises	[][] [][]	<input type="checkbox"/>		[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.5 Residential Premises	[][] [][]	<input type="checkbox"/>		[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.6 Other assets	[][] [][]	<input type="checkbox"/>		[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.7 Total Consideration on Disposals				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.8 Incidental cost(s) of disposal(s)				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.9 Aggregate net consideration (after incidental costs of disposals)				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.10 (a) Cost of acquisition (If assets acquired prior to 6/4/1974 or acquired otherwise not at arm's length substitute market value for cost) - indexed where appropriate				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
(b) Indicate <input checked="" type="checkbox"/> if not at arm's length				[]
10.11 Current use value - indexed where appropriate				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.12 Cost less current use value (no indexation)				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.13 Amount of enhancement expenditure claimed (no indexation)				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.14 Chargeable Gain/s				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.15 Net Loss/es in this accounting period				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.16 Unused Loss/es from prior accounting period(s) (loss on sale of development land only)				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.17 Net Chargeable Gain				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.18 Unused Loss/es for carry forward to future accounting period(s) (loss on sale of development land only)				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.19 Net Chargeable Gain in Initial Period 2007				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.20 Net Chargeable Gain in Later Period 2007				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.21 Net Chargeable Gain in Initial Period 2008				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.22 Net Chargeable Gain in Later Period 2008 (1/10/2008 – 14/10/2008)				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.23 Net Chargeable Gain in Later Period 2008 (15/10/2008 – 31/12/2008)				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00
10.24 Total Capital Gains Tax due for this accounting period				[][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] [][] .00

The completion of this Panel will satisfy the return filing requirement under Section 951(1)(a) TCA 1997. Alternatively, you may complete Form CG1 which is available on Revenue's website www.revenue.ie or from your Revenue office.

Surcharges (Section 440 and Section 441 TCA 1997)

- [illegible]

Tax Reference Number Panel(s) or section(s) that do not require
an entry should be left blank.**12 RECOVERY OF INCOME TAX ON PAYMENTS****Amounts Payable Under Deduction of Income Tax**

Payments in respect of which the company is liable to account for Income Tax - Section 239 TCA 1997

12.1 Total amount of tax due on such payments V9 **Clawback of Employers' Tax Relief at Source (TRS)**12.2 Enter the amount of tax relief at source in respect of medical insurance premiums paid to an authorised insurer as a perquisite for employees V3 **13 DIVIDEND WITHHOLDING TAX****Dividend Withholding Tax**

13.1 If the company made a distribution in the accounting period, provide the following details:

Date of Distribution [DDMMYYYY]

Gross Value of Distribution

Value of DWT deducted, if any

13.2 If any of the above relates to distributions out of **Stallion profits** enter(a) total value of distributions relating to **Stallion profits**

(b) DWT deducted thereon

Stapled Stock Arrangements

If the company entered into a stapled stock arrangement, under Section 172L TCA 1997, with a non-resident company and the non-resident company made any distribution in the accounting period, provide the following details:

13.3 Name of non-resident company

13.4 Name & address of recipient of distribution

13.5 Date of distribution [DDMMYYYY]

13.6 Amount of the distribution

13.7 Name of non-resident company

13.8 Name & address of recipient of distribution

13.9 Date of distribution [DDMMYYYY]

13.10 Amount of the distribution

14 REQUEST FOR SHORT NOTICE OF ASSESSMENT FOR 2008Complete this **Statement of Corporation Tax Liability for 2008** if you require a short notice of assessment. If the Inspector does not accept your calculation or if the return is filed late, a long notice of assessment showing the Inspector's calculation will issue to you.

14.1 Amount Payable (before credit for Preliminary Tax)

P8

14.2 Amount Repayable (before credit for Preliminary Tax)

R8

Note: Enter the relevant amount on the company's Pay and File Corporation Tax payslip

Tax Reference Number Panel(s) or section(s) that do not require
an entry should be left blank.**15 DETAILS OF PROPERTY BASED INCENTIVE SCHEMES**

The following information is required in support of a claim to any of the following reliefs. The details required are the "specified details" referred to in Section 1052(1)(aa) and Section 1084(1)(b)(ib) TCA 1997. Liability to penalties under Section 1052 TCA 1997 and/or a surcharge under Section 1084 TCA 1997 may arise on failure to fully and correctly complete this panel.

Enter the amount of the relief claimed in the accounting period, excluding amounts carried forward into the accounting period either as losses or capital allowances, and before deducting any amount of unused losses and/or capital allowances which will be carried forward to subsequent accounting periods.

Residential Property	Sections in TCA 1997		Investor - Lessor
15.1 Urban Renewal	S.372AP	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.2 Town Renewal	S.372AP	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.3 Seaside Resort	S.372AU	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.4 Rural Renewal	S.372AP	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.5 Living over the Shop	S.372AP	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.6 Park and Ride	S.372AP	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.7 Student Accommodation	S.372AP	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Industrial Buildings Allowance		Owner Occupier	Investor - Lessor
15.8 Urban Renewal	S.372C & D	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.9 Town Renewal	S.372AC & AD	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.10 Seaside Resort	S.352 & S.353	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.11 Rural Renewal	S.372M & N	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.12 Multi-storey Car Parks	S.344	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.13 Living over the Shop (Commercial premises only)	S.372D	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.14 Enterprise Areas	S.343	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.15 Park and Ride	S.372V & W	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.16 Hotels	S.268(1)(d)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.17 Holiday Cottages	S.268(3)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.18 Holiday Hostels	S.268(2C)(b)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.19 Guest Houses	S.268(2C)(a)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.20 Nursing Homes	S.268(1)(g)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.21 Housing for elderly/infirm	S.268(3A)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.22 Convalescent Homes	S.268(1)(i)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.23 Buildings used for certain Childcare purposes	S.843A	<input type="text"/>	<input type="text"/>
15.24 Buildings or structures in registered caravan and camping sites	S.268(2D)	<input type="text"/>	<input type="text"/>

15.25 Where the scheme(s) on which the Company is claiming relief is/are not listed above state the name of the Incentive Scheme(s), quote the relevant Section and enter the amount of relief claimed in the accounting period (Owner Occupier, Investor-Lessor).

Form CT1 Supplement - Tonnage Tax Profits

This Supplementary Return is part of the company's Corporation Tax Return. It is covered by the declaration you sign on page 1 of the Form CT1.



You need to complete this Supplementary Return if:-

Your company operates qualifying ships and has made a tonnage tax election.

When you have completed this Supplementary Return you should:-

Copy the total of the Tonnage Tax Profits column to the Tonnage Tax Profits section of Form CT1 and submit this form with your completed Form CT1.

Company Information

Single Company

Company Name

Tax Reference Number

Accounting Period covered by this Supplementary Return:

From - - To - -

The company met the 75% limit on chartered-in tonnage, tick ☒ box Yes ☐ No ☐

Group of Companies

The company was a party to a tonnage tax group election, tick ☒ box Yes ☐ No ☐

Name of the Group

Name of representative company

Tax Reference Number of representative company

Accounting Period covered by this Supplementary Return:

From - - To - -

The group met the 75% limit on chartered-in tonnage, tick ☒ box Yes ☐ No ☐ Not applicable ☐

(Tick ☒ in the 'Not applicable' box if the company is party to a group arrangement but is not the representative company)

Companies Registration Office

CRO receipt date stamp

Annual return

Sections 125, 127, 128 Companies Act 1963
Section 7 Companies (Amendment) Act 1986
Section 26 Electoral Act 1997
Sections 43, 44 Companies (Amendment)(No. 2) Act 1999
Section 249A Companies Act 1990 (inserted by section
107 Company Law Enforcement Act 2001)
Companies Act 1990 (Form and Content of Documents
Delivered to Registrar) Regulations 2002

Tick box if bond is attached <input type="checkbox"/> <small>note sixteen</small>		Companies Acts 1963 to 2006 <div style="float: right; font-size: 2em; font-weight: bold;">B1</div>									
Company name <small>In full</small>		Company number <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div>									
Please complete using black typescript or BOLD CAPITALS, referring to explanatory notes											
Return made up to <small>note one</small>		<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> Day <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> Month <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> Year <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> </div> <div> Limited <input type="checkbox"/> </div> </div>									
Financial year <small>note three</small>		If the return is made up to a date earlier than the existing ARD, do you wish to retain the anniversary of the existing ARD for next year? <small>note two</small> <div style="display: flex; justify-content: flex-end; gap: 20px;"> <div>Yes <input type="checkbox"/></div> <div>No <input type="checkbox"/></div> </div>									
		<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> From Day <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> Month <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> Year <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> </div> <div> To Day <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> Month <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px; display: inline-block;"></div> Year <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> </div> </div>									
Registered office <small>note four</small>		The company is claiming the exemption from audit in respect of the financial year covered by the accounts attached to this return. <input type="checkbox"/>									
Other addresses <small>note five</small>		<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <th style="text-align: left;">Address</th> <th style="text-align: left;">Register(s)/documents held at this address</th> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> </tr> </table>		Address	Register(s)/documents held at this address						
Address	Register(s)/documents held at this address										
Secretary		<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;"> Surname <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div> </td> <td style="width: 50%;"> Former surname <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div> </td> </tr> <tr> <td> Forename <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div> <small>note six</small> </td> <td> Former forename <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div> <small>note seven</small> </td> </tr> </table>		Surname <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div>	Former surname <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div>	Forename <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div> <small>note six</small>	Former forename <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div> <small>note seven</small>				
Surname <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div>	Former surname <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div>										
Forename <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div> <small>note six</small>	Former forename <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div> <small>note seven</small>										
Residential address <small>note six</small>		<div style="border: 1px solid black; height: 20px; margin-top: 5px;"></div>									
Donations for political purposes <small>note eight</small>		<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <th style="text-align: left;">Name of person or political party to whom donation was made</th> <th style="text-align: left;">Value of donation € / £</th> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> </tr> </table>		Name of person or political party to whom donation was made	Value of donation € / £						
Name of person or political party to whom donation was made	Value of donation € / £										
Presenter details		Person to whom queries can be addressed									
Name <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div>		<div style="border: 1px solid black; height: 100px; margin-top: 5px;"></div>									
Address <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div>											
DX number <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div>											
Telephone number <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div>											
E-mail <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-top: 5px;"></div>											
		<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%; border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="width: 50%; border: 1px solid black; height: 20px;">DX exchange</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;">Fax number</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;"></td> <td style="border: 1px solid black; height: 20px;">Reference number</td> </tr> </table>			DX exchange		Fax number		Reference number		
	DX exchange										
	Fax number										
	Reference number										

Authorised share capital

note nine

Total €/		
Class	Number of shares	Nominal value per share €/

Issued share capital
(insert nominal values)

Total €/		made up as follows:	
Paid up on shares issued for cash	€/	} The sum of these figures must equal the total issued share capital.	
Considered paid on other shares	€/		
Total calls unpaid	€/ (E)		
Total not yet called	€/ (F)		
Total standing to credit of Capital Conversion Reserve Fund note ten		€/	

Shares issued

Consideration – all cash

Class	Number of shares	Total nominal value €/	Total premium paid €/	Total amount paid €/
Totals	(A)			(C)

Consideration – not all cash

Class	Number of shares	Total nominal value €/	Total premium considered paid €/	Total amount considered paid €/
Totals	(B)			(D)

Totals

Total number of shares issued (A) + (B)		Total paid and unpaid and considered paid (C) + (D) + (E) + (F)	€/
---	--	---	----

This total must agree with the total number of shares held by existing members as stated in the List of past and present members section of the return.

Other share/debenture details

note eleven

List of past and present members

Persons holding shares on the date to which the annual return has been made up for 20____ (insert year) and of persons who have held shares therein at any time since the date of the last return, or in the case of the first return, the date of incorporation of the company. *note twelve*

☐ Tick box if the list of past and present members is submitted on CD.

notes six and thirteen

	Share class	Numbers held <i>note fourteen</i>	Number transferred & date <i>note fifteen</i>	Particulars of transferee <i>note fifteen</i>
Name				
Address				
Folio no.				
Name				
Address				
Folio no.				
Name				
Address				
Folio no.				
Name				
Address				
Folio no.				
Name				
Address				
Folio no.				
Name				
Address				
Folio no.				
Name				
Address				
Folio no.				

Total number held

The total number of shares held must agree with the total number of issued shares given in the Shares Issued section (total of (A) plus (B)).

Directors
including shadow/alternate
directors, if any

Surname	<input type="text"/>			Former surname	<input type="text"/>
Forename	<input type="text"/>			Former forename	<input type="text"/>
	Day	Month	Year		
Date of birth	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Irish resident <i>note sixteen</i>	<input type="checkbox"/>
				Alternate director <i>note seventeen</i>	<input type="checkbox"/>
Residential address	<input type="text"/>				
	<input type="text"/>				
Business occupation	<input type="text"/>			Nationality	<input type="text"/>
Other directorships	Company <i>note eighteen</i>	Place of Incorporation <i>note nineteen</i>		Company number	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>	

Surname	<input type="text"/>			Former surname	<input type="text"/>
Forename	<input type="text"/>			Former forename	<input type="text"/>
	Day	Month	Year		
Date of birth	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Irish resident <i>note sixteen</i>	<input type="checkbox"/>
				Alternate director <i>note seventeen</i>	<input type="checkbox"/>
Residential address	<input type="text"/>				
	<input type="text"/>				
Business occupation	<input type="text"/>			Nationality	<input type="text"/>
Other directorships	Company <i>note eighteen</i>	Place of Incorporation <i>note nineteen</i>		Company number	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>	

Surname	<input type="text"/>			Former surname	<input type="text"/>
Forename	<input type="text"/>			Former forename	<input type="text"/>
	Day	Month	Year		
Date of birth	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Irish resident <i>note sixteen</i>	<input type="checkbox"/>
				Alternate director <i>note seventeen</i>	<input type="checkbox"/>
Residential address	<input type="text"/>				
	<input type="text"/>				
Business occupation	<input type="text"/>			Nationality	<input type="text"/>
Other directorships	Company <i>note eighteen</i>	Place of Incorporation <i>note nineteen</i>		Company number	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>	

Certification

We hereby certify that (i) this form has been completed in accordance with the Notes on Completion of Form B1, (ii) contains the particulars in respect of the company as at the date to which the return is made up and that (iii) *note twenty*

The company is not a private company. ☐

The company is a private company and has not since the date of the last annual return (or the date of incorporation if this is the first return) issued any invitation to the public to subscribe for any shares or debentures in the company. ☐

The company is a private company with more than 50 members, the excess of the number of members over 50 consisting wholly of persons who, under section 33(1)(b) Companies Act 1963, are not included in reckoning the number of 50. ☐

Signed
Director

Secretary

Name in bold
capital or typescript